

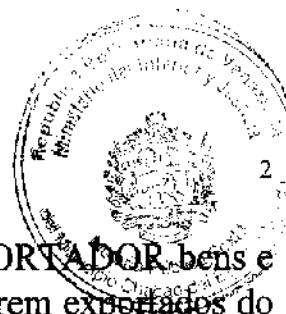


**CONTRATO DE FINANCIAMENTO  
MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO  
Nº 04.2.221.8.1, QUE ENTRE SI FAZEM  
O BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL - BNDES, A REPÚBLICA  
BOLIVARIANA DA VENEZUELA E A  
CONSTRUTORA NORBERTO  
ODEBRECHT S.A., NA FORMA  
ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular celebrado entre as partes ("CONTRATO DE FINANCIAMENTO"), o **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal brasileira, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório de serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, n.º 100, na República Federativa do Brasil ("Brasil"), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.657.248/0001-89 ("BNDES"), por seus representantes legais abaixo assinados, a **REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**, por intermédio do Ministério de Finanças, localizado na Avenida Urdaneta, Esquina Carmelitas, na Cidade de Caracas, Venezuela, representado pelo Ministro de Finanças, conforme o Decreto n.º 3.296, publicado no Diário Oficial da República Bolivariana da Venezuela n.º 38.081, de 7 de dezembro de 2004 ("REPÚBLICA") e a **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.**, sociedade anônima constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Praia de Botafogo, 300, 11º andar, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.102.288/0001-82, por seus representantes legais ao final assinados ("EXPORTADOR");

**CONSIDERANDO QUE:**

(A) a *Compañía Anónima Metro de Caracas*, uma empresa constituída sob as leis da República Bolivariana da Venezuela, localizada no Multicentro Empresarial del Leste, Conjunto Miranda, Torre B, Piso 5, Chacao, Caracas, Venezuela, ("IMPORTADOR") e o EXPORTADOR, celebraram, em 23 de setembro de 2002, o CONTRATO COMERCIAL MC-3211 ("CONTRATO COMERCIAL") objetivando a implantação do projeto de ampliação da Linha 3 do metrô de Caracas por meio da construção do Trecho *El Valle – La Rinconada*, integrado pelas Seções VRZ01,



VRZ02 e VRZ03 (“Projeto”), por força do qual adquirirá do EXPORTADOR bens e serviços brasileiros descritos no CONTRATO COMERCIAL, a serem exportados do Brasil (“Bens e Serviços”);

(B) a REPÚBLICA assume, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, as obrigações de pagamento de responsabilidade do IMPORTADOR resultantes das exportações de bens e serviços objeto do CONTRATO COMERCIAL.

(C) o valor objeto do presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO está incluído na *Ley Especial de Endeudamiento Anual para el Ejercicio Fiscal 2003* (Lei Especial de Endividamento Anual para o Exercício Fiscal de 2003), publicado na Gazeta Oficial nº 5.617, datada de 19 de dezembro de 2002; e

(D) em 26/08/2003, o BNDES e a REPÚBLICA celebraram um acordo-marco (“Acordo-marco”), no qual foram estabelecidas condições para eventual apoio do BNDES à exportação de bens e serviços brasileiros para a REPÚBLICA por meio de concessão de colaborações financeiras até o limite de US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América) de modo a promover a integração econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.

Resolvem as partes acima listadas (“Partes”) celebrar o presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO, que reger-se-á pelas seguintes Cláusulas:

## **CLAÚSULA PRIMEIRA – NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO**

1.1 – O BNDES concede por meio deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO à REPÚBLICA um crédito no valor total de até US\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (“Crédito”), cujo pagamento de principal e juros deverá ser feito de acordo com o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Associação Latino-americana de Integração – ALADI, subscrito pelo Banco Central do Brasil e pelo Banco Central da Venezuela, dentre outras instituições, (“CCR”).

1.2 – O Crédito deverá ser exclusivamente destinado ao financiamento, mediante o desconto de títulos de crédito, devidamente cursados no CCR, de até 100% (cem por cento) das exportações de bens e serviços brasileiros a serem utilizados na implantação do Projeto, de acordo com os termos e condições do respectivo CONTRATO COMERCIAL.



## CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE UTILIZAÇÃO, PROCEDIMENTOS E DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO

2.1 - O Crédito será liberado de acordo com o cronograma de desembolso previsto para o Projeto, mediante o cumprimento das condições precedentes previstas na Cláusula Quarta e de acordo com os termos e condições do CONTRATO COMERCIAL.

2.2 - O Crédito deverá ser totalmente desembolsado em até 42 (quarenta e dois) meses contados da data da Declaração de Eficácia do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, de acordo com a Cláusula Vigésima Primeira.

2.3 - Uma vez expirado o prazo referido no item 2.2 desta Cláusula, a REPÚBLICA não poderá requerer qualquer desembolso, nem o BNDES terá qualquer obrigação de desembolsar em favor da REPÚBLICA nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

2.4 - O Crédito é fixado em dólares dos Estados Unidos da América e todos os pagamentos decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO deverão ser feitos, em tal moeda, pela REPÚBLICA nas datas previstas.

2.5 - O Crédito será desembolsado à REPÚBLICA, e deverá ser liberado diretamente ao EXPORTADOR, mediante o desconto das notas promissórias mencionadas na Cláusula Décima Nona, no Brasil, em moeda brasileira, por conta da REPÚBLICA, mediante a utilização da taxa de câmbio para transações de compra de dólares PTAX 800, opção 5, conforme publicado no SISBACEN (Sistema de Informações do Banco Central do Brasil), ou qualquer outra taxa que a suceder, a critério do BNDES, relativa ao dia útil, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil ("Dia Útil"), anterior ao dia do desembolso e válido para este dia, de acordo com a respectiva autorização de desembolso emitida na forma do Anexo II ("Autorização de Desembolso").

2.6 - O BNDES poderá, a seu exclusivo critério, mediante comunicado prévio por escrito endereçado à REPÚBLICA, cancelar o Crédito no caso de não cumprimento de quaisquer das Condições Precedentes à Utilização do Crédito, listadas na Cláusula Quarta, até 12 (doze) meses contados da data da Declaração de Eficácia do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, de acordo com a Cláusula Vigésima Primeira..



### **CLAUSULA TERCEIRA- DECLARAÇÕES**

3.1. – A REPÚBLICA declara que todas as obrigações assumidas pela REPÚBLICA neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO são consideradas legais, válidas, exigíveis e oponíveis perante a REPÚBLICA. Declara a REPÚBLICA, ainda, que:

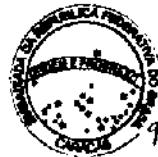
(a) a assinatura e cumprimento das obrigações deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, pela REPÚBLICA, não (i) conflitam ou resultam em violação de qualquer contrato, obrigação, tratado ou outro instrumento de que a REPÚBLICA seja parte ou que a obrigue ou crie qualquer gravame sobre seus ativos; (ii) conflitam ou resultam em violação de qualquer lei, decreto, dispositivo constitucional, regulamento ou outros requerimentos legais de acordo com as leis da República Bolivariana da Venezuela; ou (iii) resultam ou requerem a criação de qualquer gravame sobre ativos ou rendimentos atuais ou futuros da REPÚBLICA;

(b) o representante da REPÚBLICA que subscreve o presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO está devidamente autorizado a assiná-lo em nome da REPÚBLICA;

(c) todos os consentimentos, aprovações e documentos que são necessários para a legalidade, validade, exeqüibilidade ou admissibilidade como prova legal deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, na República Bolivariana da Venezuela, exigidos pelas leis venezuelanas foram devidamente obtidos;

(d) segundo as leis vigentes na República Bolivariana da Venezuela, a REPÚBLICA não estará obrigada a fazer qualquer dedução ou desconto na fonte de qualquer pagamento que porventura faça sob o presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(e) segundo as leis da República Bolivariana da Venezuela em vigor nesta data, as obrigações de pagamento pela REPÚBLICA advindas do presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO manterão o mesmo grau de prioridade que todas as outras Emissões Públicas de Dívida Externa efetuadas pela REPÚBLICA e quaisquer outros contratos assinados com seus credores externos, inclusive com relação aos empréstimos e financiamentos obtidos junto aos organismos multilaterais de crédito. “Emissões Públicas de Dívida Externa”, para fins de interpretação desta alínea, significa a dívida externa da REPÚBLICA consubstanciada por meio de ofertas públicas ou emissões privadas de títulos ou outros instrumentos oferecidos no mercado de capitais, incluindo, sem limitação, qualquer título, notas com taxas flutuantes, *commercial papers*, certificados de depósito, debêntures ou outro documento representativo de dívida;



(f) a escolha da lei brasileira como aplicável ao presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO é válida de acordo com as leis da República Bolivariana da Venezuela e será reconhecida e aplicada pelas autoridades judiciais venezuelanas, bem como quaisquer julgamentos proferidos pelas autoridades judiciais brasileiras serão reconhecidos e exequíveis sem julgamento do mérito pelas autoridades judiciais venezuelanas, observado o procedimento para obtenção de *exequatur* vigente na República Bolivariana da Venezuela;

(g) a REPÚBLICA renuncia ao direito de reivindicar para si imunidade contra ação judicial, execução ou outra medida legal instaurada por iniciativa do BNDES nos tribunais da República Bolivariana da Venezuela, com base em soberania ou qualquer outro argumento, na forma da legislação aplicável;

(h) segundo as leis da República Bolivariana da Venezuela, não é necessário que seja o BNDES licenciado, habilitado ou de outra forma autorizado a exercer atividades comerciais na República Bolivariana da Venezuela para fins de exercício de seus direitos ou para a celebração e o cumprimento deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(i) o BNDES não será considerado residente, domiciliado ou praticando atos comerciais na República Bolivariana da Venezuela por força da celebração, do cumprimento ou da exigibilidade do presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(j) nenhum evento de inadimplemento ocorreu e perdura em relação a qualquer contrato firmado pela REPÚBLICA com o BNDES e/ou suas subsidiárias denominadas Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;

(l) não há qualquer gravame sobre quaisquer receitas ou ativos da REPÚBLICA como garantia de endividamento externo da REPÚBLICA;

(m) a REPÚBLICA não está inadimplente em qualquer contrato internacional; e

(n) todas as declarações feitas neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO são verdadeiras e completas e a REPÚBLICA afirma que não há fato material ou circunstancial que não tenha sido divulgado ao BNDES, relacionado com este CONTRATO DE FINANCIAMENTO, que, uma vez conhecidos, poderia interferir na decisão do BNDES quanto à concessão do Crédito ou à capacidade da





REPÚBLICA de cumprir com suas obrigações nos termos deste **CONTRATO DE FINANCIAMENTO**.

3.2 – As declarações referidas no item 3.1 desta Cláusula presumem-se repetidas nas datas de cada desembolso de recursos e/ou pagamentos pela REPÚBLICA nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

## **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES PRECEDENTES À UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO**

4.1. - O Crédito somente será colocado à disposição da REPÚBLICA após o cumprimento de todas as condições descritas nos itens 4.2, 4.3 e 4.4 desta Cláusula.

4.2 – Para o primeiro desembolso do Crédito, além do cumprimento das condições estabelecidas nos itens 4.3 e 4.4 desta Cláusula, deverão ser entregues, de forma satisfatória para o BNDES, os seguintes documentos:

(a) três vias originais deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO devidamente assinados pelas Partes, sendo cada versão escrita nos idiomas Português, Inglês e Espanhol, respectivamente, todos devidamente registrados junto às autoridades venezuelanas competentes, notarizados e consularizados por funcionário consular brasileiro na República Bolivariana da Venezuela;

(b) cópia autenticada do CONTRATO COMERCIAL com todos os outros contratos necessários, se houver, todos devidamente assinados pelas respectivas partes;

(c) cópia da impressão de tela do Registro de Operação de Crédito – RC, a ser obtido pelo EXPORTADOR, por intermédio do SISCOMEX, indicando a REPÚBLICA como devedora/financiada e o BNDES como credor/financiador e refletindo os termos e condições financeiras deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

(d) cópia de (i) documento que comprove a inclusão do Crédito na *Ley Especial de Endeudamiento Anual* (Lei Especial de Endividamento Anual), de acordo com o artigo 80 da *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público* (Lei Orgânica de Administração Financeira do Setor Público); (ii) autorização da *Comisión Permanente de Finanzas de la Asamblea Nacional* (Comissão Permanente de Finanças da Assembléia Nacional), de acordo com o artigo 80 da *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público*; (iii) Opinião do Banco Central da





Venezuela, de acordo com o artigo 86 da *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público*; (iv) autorização do *Consejo de Ministros* (Conselho de Ministros), de acordo com os artigos 50, 55, 168 e 169 da *Ley Orgánica de la Administración Pública* e artigo 242 da *Constitución Nacional* (Constituição Nacional); e (v) parecer jurídico da *Procuraduría General de la República* (Procuradoria Geral da República), de acordo com o artigo 247 da *Constitución Nacional* e artigo 11 da *Ley Orgánica de la Procuraduría General de la República*; e quaisquer outras autorizações requeridas pelas leis venezuelanas para a assinatura e cumprimento deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, do CONTRATO COMERCIAL e outros documentos necessários, incluindo exigências da legislação venezuelana relativas a questões ambientais, se houver; todas devidamente registradas pelas autoridades venezuelanas competentes e consularizadas por funcionário consular brasileiro na República Bolivariana da Venezuela.

(e) as notas promissórias mencionadas na Cláusula Décima Nona, devidamente assinadas pela REPÚBLICA, registradas pelo Banco Central da Venezuela no CCR, na forma do Anexo V deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, e endossadas em favor do BNDES.

(f) declaração emitida por uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central da Venezuela a operar no CCR, na forma do Anexo IV, por meio da qual a referida instituição informa a autorização do Banco Central da Venezuela para o pagamento de todas as notas promissórias emitidas pela REPÚBLICA, por meio de registro e curso no CCR, com relação a este CONTRATO DE FINANCIAMENTO e de acordo com os seus termos.

(g) cópia de opinião emitida pelo Procurador Geral da República Bolivariana da Venezuela, em consonância com as disposições legais venezuelanas, devidamente notarizada e consularizada por funcionário consular brasileiro na República Bolivariana da Venezuela;

(h) um (i) parecer jurídico emitido na forma do Anexo III pelo Consultor Jurídico ou pelo Diretor da Assessoria Legal de Crédito Público, ambos do Ministério de Finanças da República Bolivariana da Venezuela, e (ii) parecer jurídico emitido de forma satisfatória ao BNDES por consultor jurídico independente, indicado pela REPÚBLICA, de forma satisfatória ao BNDES, todos devidamente notarizados e consularizados, que certifiquem entre outras informações julgadas necessárias pelo BNDES:

h.1) a capacidade legal da REPÚBLICA para celebrar o CONTRATO DE FINANCIAMENTO;



h.2) que foram expedidas ou obtidas todas as autorizações legais e regulamentares exigidas para a celebração e formalização, inclusive quanto à representação, do CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

h.3) que as obrigações assumidas pela REPÚBLICA no CONTRATO DE FINANCIAMENTO são legais, válidas, exigíveis e exequíveis, não contrariando a Constituição, tampouco qualquer lei ou regulamento em vigor na REPÚBLICA;

(i) comprovação do pagamento pela REPÚBLICA da Taxa de Administração, nos termos da Cláusula Oitava;

(j) comprovação do pagamento pela REPÚBLICA da primeira parcela da Comissão de Compromisso, nos termos da Cláusula Nona;

(l) comprovação do pagamento das despesas mencionadas na Cláusula Décima;

(m)certificado de garantia de seguro de crédito à exportação, emitido em termos satisfatórios para o BNDES, nos termos do item 18.1 da Cláusula Décima Oitava;

(n)comprovação do pagamento do prêmio do seguro de crédito referido no item 18.2 da Cláusula Décima Oitava;

(o) cópia autenticada do contrato firmado entre o EXPORTADOR e a empresa de auditoria externa que deverá emitir parecer sobre o relatório mencionado no item 20.1 da Cláusula Vigésima;

(p) todos documentos e autorizações emitidos de forma satisfatória ao BNDES, por órgãos estatutários e governamentais venezuelanos, necessários à legalidade, validade, exigibilidade e exequibilidade do CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(q) cópia autenticada do documento que comprove a autorização para os signatários do CONTRATO DE FINANCIAMENTO assiná-lo em nome da REPÚBLICA e do EXPORTADOR, bem como dos correspondentes cartões de





autógrafos, devidamente notarizados e consularizados por funcionário consular brasileiro na República Bolivariana da Venezuela;

(r) cópia autenticada da ata da reunião da Diretoria do EXPORTADOR, revestida das formalidades legais, pela qual foi autorizada a celebrar o presente instrumento para os fins previstos na Cláusula Vigésima do CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(s) cronograma físico-financeiro atualizado do Projeto firmado pelo EXPORTADOR e pelo IMPORTADOR;

(t) comprovação da existência de dotação orçamentária pela REPÚBLICA para a correspondente alocação de recursos do Tesouro Venezuelano no Projeto durante o ano de 2005;

(u) cópia autenticada dos contratos financeiros celebrados entre: (i) a REPÚBLICA, o IMPORTADOR e a sociedade mercantil Société Générale destinado ao pagamento de antecipação de recursos ao EXPORTADOR; e (ii) entre o EXPORTADOR e o Industrie Bank (IBK), destinado ao financiamento de equipamentos estrangeiros; e

(v) documento comprobatório da existência de limite estabelecido pelo Banco Central da Venezuela para o curso da presente operação nos termos do Acordo-marco celebrado em 26 de agosto de 2003.

4.3. – Para todos os desembolsos do Crédito, incluindo o primeiro, os seguintes documentos deverão ser entregues ao BNDES:

(a) Autorizações de Desembolso emitidas pela REPÚBLICA, em ordem seqüencial, na forma do Anexo II, acompanhada de toda a documentação requerida pelo CONTRATO COMERCIAL;

(b) prova de que os signatários das autorizações de desembolso estão devidamente autorizados a assiná-las, em nome da REPÚBLICA, e uma cópia do cartão de autógrafos dos referidos signatários, todos devidamente notarizados e consularizados por um funcionário consular brasileiro na República Bolivariana da Venezuela;

(c) cópia da impressão de tela do Registro de Exportação – RE, referente a cada embarque, a ser obtida pelo EXPORTADOR, por intermédio do SISCOMEX, evidenciando, quando for o caso, a autorização para exportação dos

BNDES

bens destinados ao Projeto e vinculados ao RC mencionado na alínea 'c' do item 4.2 da Cláusula Quarta;

(d) registro de todos os embarques de bens a serem financiados nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, devidamente certificados pela Secretaria da Receita Federal e com referência às respectivas faturas comerciais, a serem obtidas pelo EXPORTADOR;

(e) fatura comercial emitida pelo EXPORTADOR, relativa a cada desembolso, com a expressão "de acordo" apostada pelo IMPORTADOR, comprovando o valor dos bens e serviços exportados, e cópias do conhecimento de embarque, se for o caso, e quaisquer outros documentos exigidos pelas normas operacionais do BNDES e pela legislação vigente necessários à comprovação da exportação dos bens e serviços;

(f) relatório de acompanhamento, a que se refere o item 20.1. da Cláusula Vigésima, acompanhado do parecer emitido pela empresa de Auditoria mencionada na alínea 'o' do item 4.2. da Cláusula Quarta;

(g) comprovação do pagamento do prêmio do seguro de crédito referido no item 18.2. da Cláusula Décima Oitava;

(h) notas promissórias, emitidas pela REPÚBLICA, devidamente registradas para curso no CCR, cumpridas todas as formalidades para reembolso no âmbito do CCR, nos termos da Cláusula Décima Nona deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(i) cópia de autorização aos signatários das notas promissórias, mencionadas na alínea 'h' do item 4.3. da Cláusula Quarta, e correspondente cartão de autógrafos, notarizados e consularizados por funcionário consular brasileiro na República Bolivariana da Venezuela;

(j) comprovação do pagamento, pela REPÚBLICA, da Comissão de Compromisso nos termos da Cláusula Nona;

(l) comprovação do pagamento das despesas nos termos da Cláusula Décima;

  
Beatriz Jourdan G. Vilela  
Advogada

(m) comprovação da existência de dotação orçamentária pela REPÚBLICA para a correspondente alocação de recursos do Tesouro Venezuelano no Projeto, para cada ano do período de execução da obra, a ser apresentada ao BNDES anualmente, até o dia 1º de março de cada ano; e

(n) quaisquer outras autorizações ou documentos julgados necessários pelo BNDES.

4.4. Além das condições acima elencadas, os desembolsos pelo BNDES estão também condicionados ao que se segue:

(a) inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, por parte da REPÚBLICA ou do EXPORTADOR, perante o BNDES e/ou suas subsidiárias Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;

(b) inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do BNDES, possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas pela REPÚBLICA nos termos do CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(c) não superveniência de qualquer evento, em especial aqueles de natureza econômico-financeira, que, a critério do BNDES, possa interferir no cumprimento das obrigações assumidas pela REPÚBLICA, nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO; e

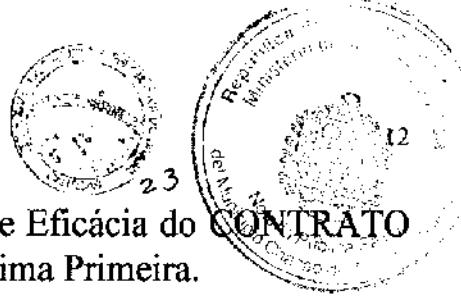
(c) entrega de quaisquer outros documentos requeridos pelas normas operacionais do BNDES e pelas leis brasileiras aplicáveis.

## **CLÁUSULA QUINTA – ÍNDICE DE NACIONALIZAÇÃO**

5.1 - Serão considerados elegíveis para ser financiados pelo BNDES nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO apenas bens e serviços com índice de nacionalização mínimo de 60% (sessenta por cento).

## **CLÁUSULA SEXTA - AMORTIZAÇÃO**

6.1 - O principal da dívida referente ao Crédito nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO deverá ser pago em dólares dos Estados Unidos da América em 11 (onze) prestações semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira 42



(quarenta e dois) meses a contar da data da Declaração de Eficácia do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, de acordo com a Cláusula Vigésima Primeira.

## CLÁUSULA SÉTIMA - JUROS

7.1. - A taxa de juros incidente sobre o Crédito será a taxa de juros para empréstimos ou financiamentos interbancários de Londres (LIBOR - *London Interbank Offered Rate*) de sessenta meses, publicada pelo Banco Central do Brasil, disponível no SISBACEN (transação PTAX-800, opção 9), vigente na data de assinatura deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, fixa para todo o período do financiamento mais um *spread* de 2% a.a. (dois por cento ao ano).

7.2 Os juros serão calculados *pro rata tempore* contados da Data Programada de Desembolso, definida na Cláusula Décima Nona deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, considerando-se como base de cálculo o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

7.3. Os juros deverão ser pagos pela REPÚBLICA em até 17 (dezessete) parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira 06 (seis) meses a contar da data da "Declaração de Eficácia" do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, de acordo com a Cláusula Vigésima Primeira.

## CLÁUSULA OITAVA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

8.1 - A REPÚBLICA pagará ao BNDES, a título de Taxa de Administração ("Taxa de Administração"), em parcela única, montante correspondente a 1,0% (um por cento) *flat* calculado sobre o valor total do Crédito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de Declaração de Eficácia deste Contrato, conforme disposto na Cláusula Vigésima Primeira, ou até a data da primeira liberação de recursos, o que primeiro ocorrer.

## CLÁUSULA NONA – COMISSÃO DE COMPROMISSO

9.1. – A REPÚBLICA pagará ao BNDES, a título de Comissão de Compromisso ("Comissão de Compromisso"), como condição precedente à liberação de cada parcela dos recursos, o montante correspondente a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano), observada a seguinte forma de cálculo e pagamento:

- (a) o 1º (primeiro) pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após a data da Declaração de Eficácia do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, conforme disposto na Cláusula Vigésima Primeira, ou até a data da primeira liberação de recursos, o que primeiro ocorrer, no montante equivalente à aplicação do percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o total do Crédito;
- (b) o 2º (segundo) pagamento deverá ocorrer no último dia do 13º (décimo terceiro) mês a contar da data da Declaração de Eficácia deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, nos termos da Cláusula Vigésima Primeira, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, no montante equivalente à aplicação do percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do saldo não liberado do Crédito, apurado no último dia do 12º (décimo segundo) mês contado da data da Declaração de Eficácia deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, conforme disposto na Cláusula Vigésima Primeira;
- (c) o 3º (terceiro) pagamento deverá ocorrer no último dia do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da data da Declaração de Eficácia deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, nos termos da Cláusula Vigésima Primeira, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, no montante equivalente à aplicação do percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do saldo não liberado do Crédito, apurado no último dia do 24º (vigésimo quarto) mês contado da data da Declaração de Eficácia deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, conforme disposto na Cláusula Vigésima Primeira;
- (d) o 4º (quarto) pagamento deverá ocorrer no último dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, a contar da data da Declaração de Eficácia deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, nos termos da Cláusula Vigésima Primeira, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, no montante equivalente à aplicação do percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do saldo não liberado do Crédito, apurado no último dia do 36º (trigésimo sexto) mês contado da data da Declaração de Eficácia deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, conforme disposto na Cláusula Vigésima Primeira.

BNDES

## CLÁUSULA DÉCIMA - DESPESAS

10.1. A REPÚBLICA deverá, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de cobrança por escrito pelo BNDES, reembolsar ao BNDES todas as despesas comprovadamente incorridas pelo BNDES, referentes a:

- a) negociação, preparação, contratação e registros do CONTRATO DE FINANCIAMENTO; e
- b) honorários advocatícios e despesas decorrentes da cobrança administrativa ou judicial de qualquer valor decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

10.2. As despesas a que se refere o item 10.1., "a" desta Cláusula ficam limitadas a US\$ 15.000,00 (quinze mil dólares dos Estados Unidos da América).

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - QUEBRA DO FUNDO DE CAPTAÇÃO

11.1 - Em caso de descumprimento pela REPÚBLICA de suas obrigações de pagamento previstas neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, obriga-se a REPÚBLICA a pagar ao BNDES qualquer valor adicional necessário para compensar o BNDES pelas perdas ou custos por este incorridos em razão de pagamento antecipado, mora ou inadimplemento, ressalvado o disposto nas Cláusulas Décima Quarta e Décima Quinta abaixo.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORMA E LOCAL DE PAGAMENTO

12.1 – Os pagamentos de principal e juros, devidos ao BNDES em decorrência deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, deverão ser efetuados em dólares dos Estados Unidos da América, mediante pedido de reembolso ao Banco Central do Brasil por meio do CCR, devendo tal pedido ser feito nas devidas datas de amortização estipuladas nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, por meio de banco mandatário a ser indicado pelo EXPORTADOR e aprovado pelo BNDES ("Banco Mandatário").

12.2 - O BNDES cobrará diretamente à REPÚBLICA, ou por meio do Banco Mandatário, o pagamento dos valores devidos a título de taxa de administração, comissão de compromisso, despesas, outros encargos e custos decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO e eventuais juros de mora, incluindo os



montantes decorrentes do descumprimento, por parte da REPÚBLICA ou do EXPORTADOR, de quaisquer obrigações assumidas neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

12.3 - A cobrança prevista no item 12.1 desta Cláusula, será feita mediante Aviso de Cobrança expedido com antecedência pelo BNDES ou pelo Banco Mandatário, para a REPÚBLICA liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

12.4 - O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a REPÚBLICA da obrigação de pagar os valores devidos nas datas estabelecidas contratualmente.

12.5 - Qualquer comissão devida ao Banco Mandatário será paga pelo EXPORTADOR.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS**

13.1 - Todos os vencimentos de prestação de principal e juros ou relativos a qualquer pagamento a ser feito pela REPÚBLICA em favor do BNDES que ocorram em sábados, domingos ou feriados, na Cidade de Nova Iorque, NY, Estados Unidos da América, serão, para todos os fins e efeitos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, se ocorrerem dentro do mesmo mês, deslocados para o primeiro dia útil subsequente naquela Cidade de Nova Iorque. Caso não ocorra dentro do mesmo mês, o respectivo vencimento será deslocado para o dia útil anterior na mesma Cidade de Nova Iorque.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INADIMPLEMENTO**

14.1 - Caracterizam-se como casos de inadimplemento ("Casos de Inadimplemento") os seguintes eventos:

(a) o não pagamento, pela REPÚBLICA, de qualquer valor devido ao BNDES de acordo com os termos e condições deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(b) o descumprimento, pela REPÚBLICA ou pelo EXPORTADOR, de quaisquer das obrigações assumidas neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO;



(c) a ocorrência de modificações nos termos e condições do CONTRATO COMERCIAL, sem o prévio consentimento do BNDES, de forma que interfiram substancialmente na capacidade de a REPÚBLICA cumprir com suas obrigações decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(d) a suspensão, rescisão ou cancelamento do CONTRATO COMERCIAL;

(e) a suspensão, cancelamento ou revogação de quaisquer autorizações, licenças ou quaisquer outros documentos relacionados ao CONTRATO DE FINANCIAMENTO ou ao Projeto, incluindo requerimentos das leis venezuelanas relativos a questões ambientais, bem como a não-obtenção dos citados documentos, de forma a interferir na implementação do Projeto nos termos do CONTRATO COMERCIAL e de acordo com as leis aplicáveis;

(f) a comprovação de que qualquer declaração feita ou informação prestada pela REPÚBLICA que seja essencial para a validade e exeqüibilidade deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO ou de qualquer outro documento emitido pela REPÚBLICA, relativamente a este CONTRATO DE FINANCIAMENTO, seja comprovadamente falsa ou intencionalmente incompleta ou incorreta quando emitida;

(g) comprovação de que a REPÚBLICA tenha iniciado negociações ou tomado qualquer outra medida no sentido de postergar, reescalonar ou de alguma forma reestruturar toda ou qualquer parte de sua dívida, ou proposto ou feito acordo, transferência, arranjo ou composição, com ou em benefício de seus respectivos credores, que interfira substancialmente na sua capacidade de cumprir com as obrigações decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(h) verificação de que quaisquer das declarações mencionadas na Cláusula Terceira sejam incorretas, inexatas ou incompletas na data de cada desembolso, e/ou a partir de cada desembolso e/ou pagamento, nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO;

(i) a concessão, pela REPÚBLICA, de qualquer garantia ou privilégio a quaisquer de seus credores externos e a não-concessão de tal garantia ou privilégio ao BNDES nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO; e

(j) a ocorrência de qualquer inadimplemento, por parte da REPÚBLICA ou por parte do EXPORTADOR em qualquer outro contrato celebrado



com o BNDES e/ou suas subsidiárias Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

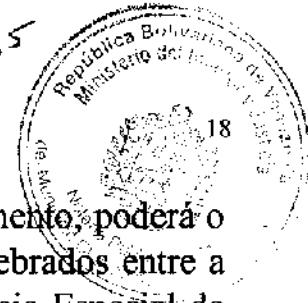
14.2 - Não obstante as demais penalidades previstas neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, o BNDES suspenderá, a qualquer tempo, a liberação do Crédito decorrente deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, diante da superveniência de quaisquer das hipóteses de inadimplemento previstas no item 14.1 desta Cláusula, até que tal inadimplemento cesse.

14.3 - Na hipótese prevista na alínea (a) do item 14.1. desta Cláusula , sem prejuízo da taxa de juros prevista na Cláusula Sétima, a REPÚBLICA deverá pagar ao BNDES juros de mora igual (i) aos juros previstos na Cláusula Sétima, mais (ii) 2% a.a. (dois pontos percentuais ao ano), devidos a partir da data de vencimento da parcela da dívida vencida e não paga até o seu efetivo pagamento.

14.4 - Na ocorrência de quaisquer dos Casos de Inadimplemento estipulados nas alíneas (b), (c), (e), (f), (h) ou (i) do item 14.1 desta Cláusula, a REPÚBLICA deverá pagar multa igual a 0,1% a.d. (um décimo por cento ao dia) sobre o saldo devedor da dívida decorrente deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, devida a partir da data de sua ocorrência até a sua efetiva reparação.

14.5 - Na ocorrência de quaisquer dos Casos de Inadimplemento estipulados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (i) ou (j) do item 14.1 desta Cláusula e continuidade por mais de 30 (trinta) dias úteis contados de sua ocorrência, o BNDES poderá imediatamente executar todas as garantias oferecidas em favor do BNDES e declarar o vencimento antecipado de toda a dívida decorrente deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, de modo que todos os montantes devidos deverão ser imediatamente pagos independentemente de demanda, protesto ou outra forma de notificação.

14.6 - Na ocorrência e continuidade de quaisquer dos Casos de Inadimplemento estipulados nas alíneas (a), (d), (f) ou (g) do item 14.1 desta Cláusula, o BNDES poderá imediatamente executar todas as garantias oferecidas em favor do BNDES e declarar o vencimento antecipado de toda a dívida decorrente deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO e de todos outros celebrados, de modo que todos os montantes devidos deverão ser imediatamente pagos independentemente de demanda, protesto ou outra forma de notificação.



14.7 - Verificada a ocorrência de quaisquer dos Casos de Inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados entre a REPÚBLICA e o BNDES e/ou suas subsidiárias denominadas Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

14.8 - As despesas administrativas eventualmente decorrentes do vencimento antecipado deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO deverão ser imediatamente pagas pela REPÚBLICA ao BNDES mediante cobrança.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PAGAMENTO ANTECIPADO**

15.1 - É facultado à REPÚBLICA o pagamento antecipado do principal e dos juros devidos em função deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, total ou parcialmente, desde que solicitado ao BNDES por escrito, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias antecedentes à data prevista para o pagamento pretendido, sujeito à prévia aprovação escrita pelo BNDES.

15.2 - No caso de pagamento antecipado, obriga-se a REPÚBLICA a indenizar o BNDES, juntamente com o montante liquidado antecipadamente, as perdas decorrentes da quebra do fundo de captação incorridas pelo BNDES, conforme Cláusula Décima Primeira.

15.3 - Além da indenização prevista na Cláusula Décima Primeira, o BNDES poderá cobrar custos administrativos adicionais relacionados com o processamento e cobrança de quaisquer pré-pagamentos feitos pela REPÚBLICA nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

15.4 - No caso de pagamento antecipado parcial de principal ou juros devidos nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, as parcelas pagas serão imputadas para quitar créditos na ordem inversa de seus vencimentos, previstos no cronograma de amortização.



Fonecedor de SIGA/BNDES

  
Beatriz Jourdan G. Vieira  
Advogada





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TAXAS E IMPOSTOS**

16.1 – Não obstante o previsto na alínea (d) do item 3.1. da Cláusula Terceira, quaisquer tributos, tarifas alfandegárias, contribuições, deduções, comissões ou imposições similares, presentes ou futuras, resultantes do pagamento de principal, juros, despesas ou quaisquer outros pagamentos devidos neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO deverão ser arcados pela REPÚBLICA.

16.2. - Na hipótese de haver disposição legal, presente ou futura, de modo a causar retenção ou dedução de valores devidos pela REPÚBLICA decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, esses pagamentos deverão ser acrescidos dos montantes necessários para compensar integralmente o BNDES, por quaisquer deduções feitas em razão do pagamento de tais tributos, tarifas alfandegárias, deduções, contribuições, comissões ou imposições similares, de forma que o BNDES receba os montantes devidos como se esses tributos, tarifas alfandegárias, deduções, contribuições, comissões ou imposições similares não tivessem sido impostos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MULTA DE AJUIZAMENTO**

17.1. - Na hipótese de o BNDES iniciar a cobrança judicial da dívida da REPÚBLICA, decorrente deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, a REPÚBLICA deverá indenizar o BNDES por todas e quaisquer despesas devidamente documentadas incorridas na cobrança judicial. A REPÚBLICA deverá também indenizar o BNDES por quaisquer despesas legais, devidamente documentadas, incorridas pelo BNDES a partir do primeiro despacho judicial de uma autoridade competente na petição de cobrança. Além disso, a REPÚBLICA deverá pagar ao BNDES penalidade igual a 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor decorrente deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO**

18.1 – O presente financiamento será segurado contra riscos políticos e extraordinários pelo período total de vigência deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, mediante contratação de seguro de crédito à exportação da União Federal, que conta com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, a ser constituído em favor do BNDES, com cobertura de até 100% (cem por cento) da perda líquida definitiva, mediante a emissão de certificado de garantia de seguro de crédito à exportação, em termos satisfatórios para o BNDES.



18.2 – O pagamento do prêmio de seguro deverá ser feito, pela REPÚBLICA, previamente a cada desembolso de recursos nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, diretamente ao BNDES, que deverá repassar o referido prêmio à empresa seguradora de crédito.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – NOTAS PROMISSÓRIAS

19.1 – Para assegurar o pagamento de principal e juros devidos nos termos do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, previamente a cada liberação de recursos, deverão ser apresentadas, devidamente endossadas em favor do BNDES, notas promissórias, emitidas pela REPÚBLICA, nominativas ao EXPORTADOR, adequadas às normas pertinentes ao CCR, de forma satisfatória para o BNDES, observado o disposto nesta Cláusula.

19.2. Para cada liberação a ser realizada, as notas promissórias deverão corresponder ao total de parcelas referentes à amortização do Crédito decorrente deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO e às prestações devidas de juros, em número correspondente ao total de parcelas de amortização e aos vencimentos das prestações de juros, considerados os prazos estipulados no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, bem como a data de emissão dos respectivos títulos.

19.3. Será adotado o seguinte procedimento para emissão das notas promissórias:

19.3.1. A REPÚBLICA deverá enviar ao BNDES uma notificação de desembolso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data que pretende que o BNDES realize um desembolso ao EXPORTADOR (“Data Programada de Desembolso”).

19.3.2. O BNDES avaliará a notificação encaminhada pela REPÚBLICA e encaminhará resposta com a confirmação da data prevista de liberação, bem como os valores de principal e juros, que terão como termo inicial de incidência a Data Programada de Desembolso.

19.3.3. A REPÚBLICA deverá emitir as Notas Promissórias com os valores informados pelo BNDES, bem como encaminhar ao BNDES a respectiva Autorização de Desembolso, emitida nos termos do Anexo II deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.



19.3.4. As Notas Promissórias a serem apresentadas junto ao BNDES deverão conter todas as formalidades exigidas para curso regular no CCR, bem como respectivo registro junto aos Bancos Centrais da Venezuela e do Brasil, com o cumprimento de todas formalidades para reembolso no âmbito do mencionado CCR.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – OBRIGAÇÃO ESPECIAL DO EXPORTADOR**

20.1. O EXPORTADOR deverá apresentar ao BNDES, semestralmente, a partir do 30º (trigésimo) dia contado da data da Declaração de Eficácia do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, conforme disposto na Cláusula Vigésima Primeira, relatório de acompanhamento, emitido de forma satisfatória ao BNDES, com descrição dos bens exportados e dos serviços prestados no âmbito do Projeto, em cada período de seis meses a contar da data da Declaração de Eficácia do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, conforme disposto na Cláusula Vigésima Primeira. O relatório deverá ser acompanhado de parecer emitido pela empresa de auditoria externa aprovada pelo BNDES, que deverá ser contratada pelo EXPORTADOR, conforme disposto na alínea ‘o’ do item 4.2 da Cláusula Quarta.

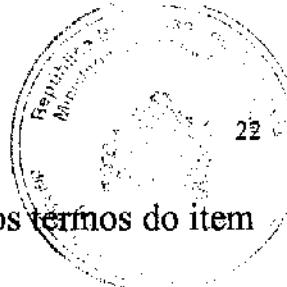
20.2. O EXPORTADOR deverá comprovar ao BNDES, em até 30 dias após o término do período de utilização do Crédito, a obtenção do percentual mínimo estipulado para os índices de nacionalização dos equipamentos exportados no âmbito do financiamento, conforme Cláusula Quinta.

20.2.1. No caso de o percentual obtido ser inferior ao estipulado na Cláusula Quinta, o EXPORTADOR deverá pagar ao BNDES multa equivalente a 10% (dez por cento) calculada sobre a diferença entre o valor mínimo correspondente ao percentual estipulado na Cláusula Quinta e o efetivamente comprovado.

20.3. O EXPORTADOR deverá comprovar ao BNDES, em até 30 dias após o término do período de utilização do Crédito, a efetiva exportação de bens no valor mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor total do financiamento mencionado no item 1.1 da Cláusula Primeira.

20.3.1. No caso de o percentual referido no item 20.3. da Cláusula Vigésima acima ser inferior a 40% (quarenta por cento), o EXPORTADOR deverá pagar ao BNDES multa equivalente a 10% (dez por cento) calculada sobre a diferença entre o valor efetivamente





exportado e o valor mínimo que deveria ser exportado nos termos do item 20.3. da Cláusula Vigésima.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EFICÁCIA**

21.1. A eficácia deste Contrato de Financiamento está condicionada ao recebimento pelo BNDES da cópia de opinião emitida pelo Procurador Geral da República Bolivariana da Venezuela, nos termos da alínea ‘g’ do item 4.2 da Cláusula Quarta.

21.2 – Será considerada como data de entrada em eficácia do Contrato de Financiamento a data da expedição da Declaração de Eficácia pelo BNDES (“Declaração de Eficácia”), o que ocorrerá somente após o cumprimento, perante o BNDES, da condição aqui estabelecida para a eficácia do presente Contrato de Financiamento.

21.3. A condição para eficácia do presente Contrato deverá ser cumprida em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, a critério do BNDES, sendo que, decorrido esse prazo sem que seja comprovada ao BNDES aquela condição de eficácia, este Contrato de Financiamento estará automaticamente cancelado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, JURISDIÇÃO E ARBITRAGEM**

22.1 - Este CONTRATO DE FINANCIAMENTO se rege pela lei brasileira, ficando eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias dele decorrentes, ou qualquer outro que seja competente de acordo com a legislação brasileira aplicável e que o BNDES julgue mais conveniente à situação dos seus créditos e direitos.

22.2 - A REPÚBLICA e o BNDES poderão, a seu critério e de comum acordo, submeter eventuais controvérsias decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO à arbitragem internacional, segundo o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

22.3 – Em sendo o caso, realizar-se-á a arbitragem na cidade do Rio de Janeiro, em Português e observando sempre as disposições da legislação brasileira.

22.4 - A REPÚBLICA obriga-se a não invocar imunidade de jurisdição em razão de soberania, ou qualquer outro motivo, conforme o caso, seja relativo à condição de





governo, seja concernente à qualidade ou capacidade jurídica como entidade estatal, direta ou indiretamente considerada.

22.5 - A REPÚBLICA deverá manter agente processual na cidade do Rio de Janeiro para receber, em seu nome, quaisquer documentos referentes a procedimentos judiciais nas cortes do Rio de Janeiro até que a REPÚBLICA tenha cumprido todas as suas obrigações decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CORRESPONDÊNCIAS**

23.1 - Qualquer documento, declaração ou informação relativa a este CONTRATO DE FINANCIAMENTO deverá ser encaminhado por carta ou fax, para os seguintes endereços:

#### **BNDES**

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

A/C: Área de Comércio Exterior – AEX/DECEX5

Av. República do Chile, 100 – 18º andar

20139-000 - Rio de Janeiro – RJ - BRASIL

At.: Chefe de Departamento – DECEX5/AEX

Tel.: 55 21 2172-7897

Fax: 55 21 2262-1470/2220-8244

#### **REPÚBLICA**

MINISTERIO DE FINANZAS

REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

Ministerio de Finanzas – Oficina Nacional de Credito Publico

A/C: Directoria de Asesoria Legal

Av. Urdaneta, Esq. Carmelitas – Edificio Sede Piso 9

Caracas - Venezuela

Tel.: 58 212 802 1879

Fax: 58 212 802 1892

#### **EXPORTADOR**

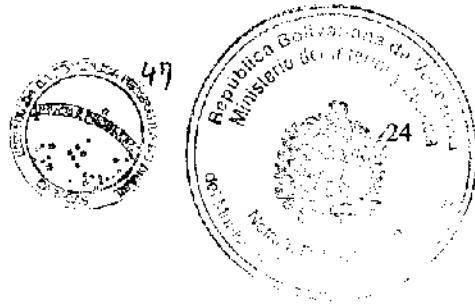
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.

Praia de Botafogo 300, 11º andar

Rio de Janeiro - Brasil

Tel.: 55 21 2559-3099

Fax: 55 21 2559-3297



## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CESSÃO

24.1 - O BNDES poderá ceder a terceiros os seus direitos e obrigações previstos neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, total ou parcialmente, mediante comunicação à REPÚBLICA; e a REPÚBLICA poderá ceder a terceiros seus direitos ou obrigações decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO, desde que previamente autorizada por escrito pelo BNDES.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES INDEPENDENTES

25.1 - Considerando que o BNDES não é parte do CONTRATO COMERCIAL, nenhuma obrigação direta ou indireta decorrente deste contrato poderá ser-lhe imputada, e o BNDES não será obrigado a cumprir com obrigações previstas neste documento ou em outros instrumentos assinados entre a REPÚBLICA, EXPORTADOR e o IMPORTADOR.

25.2 - A REPÚBLICA não apresentará qualquer demanda ou contestação de qualquer tipo, direta ou indiretamente contra o BNDES, com base no CONTRATO COMERCIAL ou outros contratos assinados entre a REPÚBLICA e terceiros, e a REPÚBLICA deverá cooperar em boa fé com o BNDES caso o BNDES seja acionado judicialmente por terceiros em consequência de violação contratual ou de outros assuntos relacionados com o CONTRATO COMERCIAL.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONFIDENCIALIDADE

26.1 – As partes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO obrigam-se a manter em absoluto segredo os termos e condições deste Contrato, sendo vedada a menção, divulgação ou reprodução do Contrato por quaisquer meios ou para quaisquer finalidades, exceto para os consultores de cada uma das partes, por força de lei ou decisão judicial.

26.2 – O descumprimento das obrigações desta Cláusula sujeitará a parte infringente ao pagamento de indenização proporcional aos danos resultantes do citado descumprimento. Em qualquer caso, as receitas obtidas deverão ser destinadas à(s) parte(s) prejudicada(s) solicitante(s) da reparação do dano.



26.3 – Exclusivamente diante das situações previstas na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e nos casos em que houver requerimento do controle externo das entidades da Administração Pública Federal ou do Tribunal de Contas da União, o BNDES está autorizado a fornecer informações e esclarecimentos julgados necessários, sendo que as entidades requisitantes serão informadas do teor confidencial das citadas informações e lhes será solicitado manter sigilo sobre seu conteúdo.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1 – A REPÚBLICA não poderá solicitar reescalonamento de quaisquer pagamentos devidos nos termos deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

27.2 – A REPÚBLICA deverá incluir as obrigações de pagamento decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO em seu orçamento anual até que a dívida seja totalmente liquidada.

27.3 – Este CONTRATO DE FINANCIAMENTO terminará apenas após o cumprimento, em sua totalidade, das obrigações dele decorrentes.

27.4 - Os termos do presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO poderão ser modificados, por escrito, mediante aditivo contratual devidamente assinado pelas Partes, observando-se os procedimentos legais.

27.5 - O não exercício por qualquer das partes dos direitos decorrentes deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO não será considerado como renúncia ou novação dos mesmos. Nenhuma ação das partes será tida como renúncia a qualquer direito, poder ou privilégio nos termos deste instrumento. Os direitos das partes estipulados neste CONTRATO DE FINANCIAMENTO são cumulativos e adicionais a quaisquer outros direitos previstos em lei.

27.6 - No caso de uma das cláusulas deste CONTRATO DE FINANCIAMENTO ser considerada nula, anulável ou ineficaz, as demais disposições permanecerão válidas e eficazes.

27.7 - Este CONTRATO DE FINANCIAMENTO foi redigido nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Em caso de dúvida, controvérsia ou litígio, prevalecerá o texto em língua portuguesa.

27.8 - Este CONTRATO DE FINANCIAMENTO obriga as partes e seus sucessores, a qualquer título.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 9 (nove) vias (sendo três vias de cada em português, inglês e espanhol, respectivamente), de igual teor e para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2004.

Pelo **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**

Nome: **GUIDO MANTEGA**  
Cargo: **Presidente**

Nome: **Armando Manzan Carvalho**  
Cargo: **Diretor BNDES**

Pela **REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**

Nome: **Nelson T. Herentes D.**  
Cargo: **Ministro de Finanças**

Pela **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.**

Nome: **Carlos Roberto M. Alves Dias**  
Cargo: **Diretor**

Nome: **André Amaro da Silveira**  
Cargo: **Diretor**

Testemunhas:

1. **Nome: Carlos A. T. Nogueira**  
**R.G.: 3.643.368-3/F**

2. **Nome: Palma Rosa de Oliveira Santos**  
**R.G.: 10445894-8-3/F/185**

Assinado no Atto de Apresentação, Rua do Rosário, 1734 - Centro-RJ  
Data: 03/01/2005. Testemunha: Carlos Alves Andrade Britto Souza. Reconhecido  
pelos membros da firma dos CARLOS NORBERTO MENDEZ ALVES ASSOCIADOS  
Advogados e ADRIANO DA SILVEIRA (l.146/187)  
R.G.: 07372346-3/F/185  
Data: 03/01/2005. Local: Rio de Janeiro de 2005. Conf. por:  
Firma: **Adriano da Silveira** - Advogado  
Assinado por: **Adriano da Silveira** - Advogado

Alan Martínez J. Silva - Adv. Aut.

Total



**Beatrix Jourdan G. Vieira**  
Advogada

OP. OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA  
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL: (21) 2220-9545 - RJ

NOTA DE NOTAS  
REGISTRO DE NOTAS - 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS

NOTA DE NOTAS - 20 OFÍCIO DE NOTAS  
REGISTRO DE NOTAS - 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS

NOTA DE NOTAS - 20 OFÍCIO DE NOTAS  
REGISTRO DE NOTAS - 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS  
20 OFÍCIO DE NOTAS 20 OFÍCIO DE NOTAS

**ERÉRIO CONSULAR - 1,00 Outros: 1,22 Total: 7,38**

**SABIANO - Edson D. Salaman - 00053/115**



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO  
SEÇÃO CONSULAR

Reconheço verdadeira, por semelhança à assinatura  
assinalada, com o sinal CONSULAR-ERÉRIO.  
A presente autenticação não implica aceitação do  
teor do documento.

10 FEV 2005

Darcy da Silva Costa

Agente Administrativo

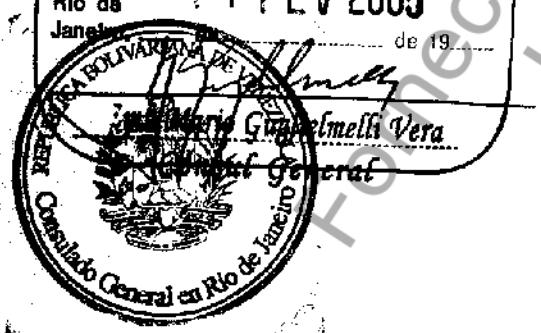
REPÚBLICA DE VENEZUELA  
CONSULADO  
GENERAL EN  
RIO DE JANEIRO



Nº 160/2005

Se legaliza la firma que antecede del  
Señor Darcy da S. Costa  
Sociedad Consular de  
MRE - Rio de Janeiro  
Sin prejuzgar acerca de su origen, otro  
extremo de fondo ni de forma.

Rio de Janeiro, de 19



11 FEV 2005

Lei 12.527/2011





## ANEXO I

### [CRONOGRAMA ESTIMADO DE DESEMBOLSOS AO EXPORTADOR]

#### Projeto ‘Linha 3 Metrô de Caracas’



Semestres <sup>1</sup>	Percentagem do crédito a ser desembolsada
1	10%
2	22%
3	26%
4	19%
5	9%
6	8%
7	6%

1: Após a Declaração de Eficácia do contrato

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011





## ANEXO II

### AUTORIZAÇÃO DE DESEMBOLSO Nº

[Local], \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES  
Área de Comércio Exterior – AEX/DECEX5  
Av. República do Chile, No. 100 - 18º andar  
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Brasil

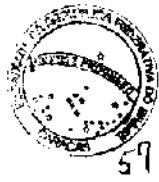
Ref: CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 04.2.221.8.1 (“CONTRATO DE FINANCIAMENTO”) celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), a República Bolivariana da Venezuela, representada por seu Ministro de Finanças (“REPÚBLICA”) e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“EXPORTADOR”) em [data]

Prezados Senhores,

1. Reportamo-nos ao CONTRATO DE FINANCIAMENTO, de acordo com o qual o BNDES concorda em financiar, mediante o desconto de títulos de crédito, as exportações de bens e serviços brasileiros a serem utilizados na implantação do projeto de ampliação da Linha 3 do Metrô de Caracas por meio da construção do Trecho *El Valle – La Rinconada*, integrado pelas Seções VRZ01, VRZ02 e VRZ03. Os termos definidos utilizados neste documento deverão ter o mesmo significado que lhes foi atribuído no CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

2. Na qualidade de representante da REPÚBLICA no CONTRATO DE FINANCIAMENTO e de acordo com seus termos e condições:

(a) confirmamos, para o propósito do presente pedido de utilização do Crédito decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, que foram cumpridos todos os requisitos descritos no CONTRATO COMERCIAL, celebrado entre a Companhia Anônima Metro de Caracas e [ ], em [ ], relativo a implementação do projeto acima mencionado;



(b) informamos que emitimos, em pagamento ao EXPORTADOR e em conformidade com a Cláusula Décima Nona do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, duas séries de Notas Promissórias no valor total de US\$ .....

(c) de forma irrevogável, autorizamos o BNDES a realizar um desembolso diretamente ao EXPORTADOR, no Brasil, em moeda brasileira, com referência à exportação de bens e serviços brasileiros a serem utilizados no projeto acima mencionado, por meio de desconto bancário das notas promissórias emitidas em pagamento e em favor do EXPORTADOR conforme alínea "b" acima.

3. Declaramos que os montantes de principal consignados nas notas promissórias emitidas nos termos da alínea "b" do item 2 acima:

- (i) correspondem ao pagamento de .....% (..... por cento) do valor dos bens fornecidos e/ou serviços prestados pelo EXPORTADOR;
- (ii) referem-se, exclusivamente, ao pagamento das exportações brasileiras de bens e/ou serviços de origem brasileira pelo EXPORTADOR;
- (iii) guardam direta e integral relação com a finalidade prevista no CONTRATO DE FINANCIAMENTO; e
- (iv) não incluem quaisquer valores que impliquem custeio ou resarcimento de gastos que tenham sido ou que venham a ser realizados pela REPÚBLICA ou EXPORTADOR no pagamento pela utilização ou aquisição de bens ou serviços de qualquer natureza na República Bolivariana da Venezuela ou em terceiros países.

4. Declaramos que, para efeito de cobrança dos valores de principal e juros, devidos pela REPÚBLICA, junto ao BNDES, no âmbito do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, será considerado o valor consignado nas notas promissórias, emitidas conforme alínea "b" do item 2 acima, sem prejuízo da cobrança dos demais encargos pactuados no CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

5. Declaramos, ainda, que a utilização do Crédito estabelecido no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, guardará compatibilidade com o cronograma de execução física do Projeto.

Atenciosamente,

**REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**

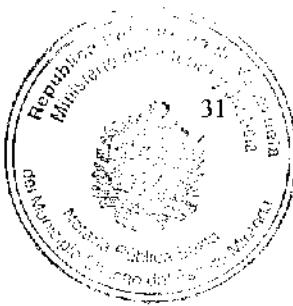
---

Nome:

Cargo:

Beatrix Jordão C. Almeida  
Adjudicada

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011



### ANEXO III

### PARECER JURÍDICO

[Local e Data]

Para: BNDES  
c/o AEX  
Av. República do Chile, 100 – 18º. andar  
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Brasil

Ref: CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 04.2.221.8.1 (“CONTRATO DE FINANCIAMENTO”) celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), a República Bolivariana da Venezuela, representada por seu Ministro de Finanças (“REPÚBLICA”) e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“EXPORTADOR”) em [data]

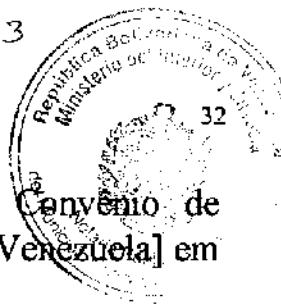
Prezados Senhores,

Eu atuei como conselheiro jurídico em nome da República Bolivariana da Venezuela (“REPÚBLICA”), em relação ao CONTRATO DE FINANCIAMENTO, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), a REPÚBLICA e o EXPORTADOR para o financiamento, mediante desconto de títulos de crédito, da exportação de bens e serviços brasileiros para serem utilizados na ampliação da Linha 3 do Metrô de Caracas (construção do Trecho El Valle – La Riconada), de acordo com os termos e condições do respectivo Contrato Comercial.

Para esse fim, foram examinadas:

- (a) uma cópia assinada do CONTRATO DE FINANCIAMENTO;
- (b) uma cópia assinada do CONTRATO COMERCIAL nº [ ], celebrado entre a COMPAÑIA ANÓNIMA METRO DE CARACAS – C.A.METRO e [ ] em [ ];





(c) declaração emitida pela [instituição autorizada a operar no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI pelo Banco Central da Venezuela] em [ ].

(d) as leis aplicáveis, documentos, autorizações, consentimentos e aprovações que considerei necessários ou desejáveis para a emissão desta opinião.

Presumo que o CONTRATO DE FINANCIAMENTO é legal, válido e exigível segundo a Legislação Brasileira, que regerá o Contrato, e que o mesmo foi devidamente assinado por representantes autorizados do BNDES.

Com respaldo nas informações que se seguem, sou da opinião de que:

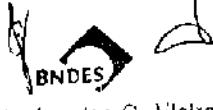
(1) todas as autorizações e aprovações necessárias ou desejáveis para assegurar a legalidade, validade e exigibilidade do CONTRATO DE FINANCIAMENTO foram devidamente obtidas e encontram-se em pleno vigor e efeito;

(2) os signatários representantes da REPÚBLICA estão devidamente autorizados para a celebração do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e para a emissão das notas promissórias previstas na Cláusula Décima Nona do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, bem como para a assunção das obrigações delas decorrentes, de acordo com a legislação da República Bolivariana da Venezuela;

(3) os signatários da declaração emitida pela instituição autorizada a operar no CCR pelo Banco Central da Venezuela estão devidamente autorizados a realizar tais declarações em nome da instituição;

(4) a execução e o exercício pela REPÚBLICA das obrigações assumidas no CONTRATO DE FINANCIAMENTO e decorrentes das notas promissórias previstas na Cláusula Décima Nona do CONTRATO DE FINANCIAMENTO não conflitam ou conflitarão, nem violam ou violarão qualquer dispositivo constitucional ou legal aplicável ou outro normativo em vigor na República Bolivariana da Venezuela, sendo tais obrigações inteiramente válidas e exigíveis, a partir da data da "Declaração de Eficácia" do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, nos termos da Cláusula Vigésima Primeira;

(5) as declarações da REPÚBLICA constantes na Cláusula Terceira do CONTRATO DE FINANCIAMENTO são verdadeiras e completas;



Beatriz Jourdan G. Vieira  
Advogada



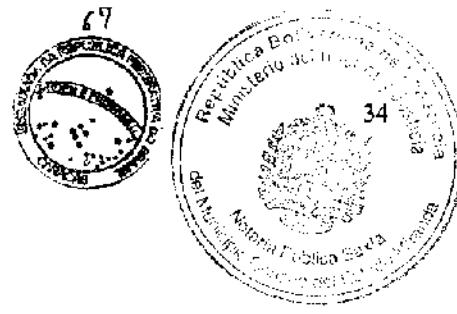
- (6) as declarações da instituição autorizada a operar no CCR pelo Banco Central da Venezuela no instrumento examinado são verdadeiras e completas;
- (7) o CONTRATO DE FINANCIAMENTO é legal, válido e exigível, de acordo com a legislação da República Bolivariana da Venezuela;
- (8) a escolha da lei brasileira como aplicável ao presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO é válida de acordo com as leis da República Bolivariana da Venezuela;
- (9) a execução de qualquer decisão judicial brasileira ou decisão judicial proferida por cortes da República Bolivariana da Venezuela estão sujeitas ao cumprimento dos seguintes procedimentos/requerimentos: [A SER INFORMADO].

Esta opinião é limitada às leis aplicáveis na República Bolivariana da Venezuela. Este parecer é prestado para o BNDES e somente para sua utilização. Este parecer não será utilizado, circulado, mencionado ou de outra forma referido a qualquer outro propósito.

Atenciosamente,

Banco Central da Venezuela  
Ministério da Fazenda

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011



## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A OPERAR NO CCR PELO BANCO CENTRAL DA VENEZUELA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

[Endereço]

Departamentos: DERIN/DIREC

Brasília - Distrito Federal - Brasil

fax: 0055(61) 414.1864

Telefone: 0055(61) 414.1930

c/c ao

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Área de Comércio Exterior

Att.: Chefe de Departamento – DECEX5

Av. República do Chile, No. 100 - 18º andar

20139-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil.

Caracas, de de

Prezados Senhores,

1. Reportamo-nos ao CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N° 04.2.221.8.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), a República Bolivariana da Venezuela, representada pelo Ministro de Finanças (“REPÚBLICA”) e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“EXPORTADOR”), em [ ] (“CONTRATO DE FINANCIAMENTO”), através do qual o BNDES se compromete a financiar, mediante o desconto de títulos de crédito, em montante correspondente a até 100% (cem por cento) das exportações de bens e serviços brasileiros para serem utilizados na implantação do projeto de ampliação da Linha 3 do Metrô de Caracas (construção do Trecho El Valle – La Rinconada) (“Projeto”). Os termos definidos utilizados neste instrumento deverão ter o mesmo significado que lhes foi atribuído no CONTRATO DE FINANCIAMENTO.





2. Conforme disposto na Cláusula Décima Segunda do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, por meio desta confirmamos que o Banco Central da Venezuela autorizou o pagamento, em seus respectivos vencimentos, das notas promissórias emitidas em conformidade com o CONTRATO DE FINANCIAMENTO referentes ao pagamento de principal e juros decorrentes da exportação de bens e serviços brasileiros para o Projeto, através do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), subscrito pelo Banco Central do Brasil e o Banco Central da Venezuela, entre outros.

3. Informamos que o Banco Central da Venezuela concorda, ainda, em atendimento ao item 27.1 da Cláusula Vigésima Sétima do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, com o compromisso assumido pela República Bolivariana da Venezuela, através do seu Ministério de Finanças, de não solicitar, em momento algum, o reescalonamento das obrigações por ela assumidas junto ao BNDES e/ou à República Federativa do Brasil, incluindo o CONTRATO DE FINANCIAMENTO, o que não afetará as normas do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

4. Informamos que o Banco Central da Venezuela concorda que os pagamentos devidos ao BNDES, em decorrência do desconto das notas promissórias e nos termos do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, serão feitos sob o código de reembolso constante das notas promissórias emitidas nos termos da Cláusula Décima Nona do CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

5. Por conseguinte, informamos o número de referência para reembolso dos instrumentos de cobrança obtido junto ao Banco Central da Venezuela: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

Instituição Financeira Autorizada para operar no CCR pelo Banco Central da Venezuela

Nome:  
Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome:  
Cargo:

2.

Nome:  
Cargo:



**ANEXO V****NOTA PROMISSÓRIA**

Local e Data de Emissão

Nº \_\_\_\_\_

Quantia: US\$ \_\_\_\_\_

Vencimento: \_\_\_\_\_

Por valor recebido, a REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, por meio de seu Ministério de Finanças, obriga-se a pagar, incondicionalmente e por esta única via de nota promissória, ao [EXPORTADOR] ou a sua ordem, a quantia de US\$ \_\_\_\_\_ [ ] de dólares americanos. O pagamento será feito somente em dólares dos Estados Unidos da América, sem deduções e livre de quaisquer impostos, taxas ou contribuições que incorram ou venham incorrer sobre tais pagamentos, nos termos da legislação da República Bolivariana da Venezuela ou qualquer de seus entes.

A praça de pagamento desta nota é [ ]

**REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**

Nome:

Título:

Por Aval:

[Instituição Autorizada a operar no CCR pelo BCV]

Nome:

Cargo:

(Obs: Esta nota promissória deverá conter, no seu verso, os seguintes textos:)



I) Reembolsável através do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) sob o Código de Reembolso nº \_\_\_\_\_

II) Esta nota promissória provém da exportação de bens e serviços brasileiros vinculados ao financiamento destinado à implantação do projeto de ampliação da Linha 3 do Metrô de Caracas (construção do Trecho El Valle – La Rinconada), de acordo com o CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 04.2.221.8.1, celebrado entre o BNDES, a República Bolivariana da Venezuela e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. em [ ].

País EXPORTADOR: República Federativa do Brasil

País IMPORTADOR: República Bolivariana da Venezuela

Valor: US\$

Data do Aval:

Pague-se ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sem direito de regresso.

Em .....

---

[EXPORTADOR]

Nome:

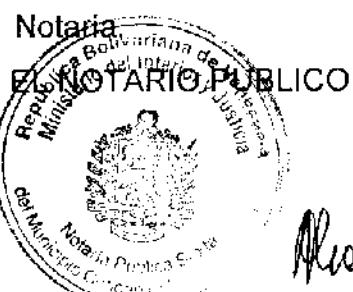
Cargo:

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011

BNDES  
Beatriz Jordão G. Vieira  
Advogada



REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. NOTARIA PUBLICA SEXTA DEL MUNICIPIO CHACAO DEL ESTADO MIRANDA. Dra. ALICIA COROMOTO VALDEZ VILLALBA. Notario Titular. Caracas, Nueve (09) de Marzo de Dos Mil Cinco. (2005) 194° y 146°. Este es el ANEXO a que hace referencia el Documento redactado por el Abogado: MARIA DEL CARMEN MOSQUERA, inscrito en el Inpreabogado bajo el No. 77486, el cual fue presentado para su Autenticación y devolución y firmado sólo por lo que respecta a: NELSON J. MERENTES D., quedando anotado bajo el No. 31, Tomo 26, de los Libros de Autenticaciones llevados por esta



Dra. ALICIA VALDEZ  
NOTARIO PÚBLICO SEXTO DEL MUNICIPIO  
CHACAO DEL ESTADO MIRANDA

**EMBAIXADA DO BRASIL EM CARACAS - SERVIÇO CONSULAR**

"Reconheço verdadeira, por semelhança, a assinatura neste (ou no anexo) documento, de (16 páginas) Dra. Alicia Valdez,  
Notário Público do Município Chacao, Estado Miranda, Venezuela.

Em Caracas, em 15 / 03 / 2005. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar, com o selo deste Serviço Consular. Dispensada a legalização da assinatura consular de acordo com o artigo 2º, do Decreto 84.451, de 31.1.80." Pagou \_\_\_\_\_, ou R\$ \_\_\_\_\_ Tabela 930(a) Câmbio \_\_\_\_\_

*Eduardo Cavalcante*  
Ellana S. Cavalcante  
Vice-Cônsul



BNDES



LOAN AGREEMENT THROUGH CREDIT N° 04.2.221.8.1, BETWEEN BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, THE BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA AND CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., AS FOLLOWS:

By this private instrument entered into by the parties ("LOAN AGREEMENT"), between BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, a Brazilian federal state-owned company with head office in Brasilia (Federal District), and service office in the City of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, at Avenida República do Chile, nº 100, in the Federative Republic of Brazil ("BRAZIL") , registered with the National Register of Legal Entities(CNPJ) under nº 33.657.248/0001-89 (hereinafter referred to as "BNDES") through its undersigned representatives; the BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA (the "REPUBLIC"), through its Ministry of Finance, at Avenida Urdaneta, Esquina Carmelitas, in the City of Caracas, Venezuela, represented by the Minister of Finance pursuant to Decree nº 3.296, published in the Official Gazette of the Bolivarian Republic of Venezuela nº 38.081, of December 7, 2004, and CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., a stock company duly organized and incorporated according to the laws of the Federative Republic of Brazil, with head offices at Praia de Botafogo, 300, 11th floor, Botafogo, in the City of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil, registered at CNPJ/MF under nº 15.102.288/0001-82 (the "EXPORTER"), through its below signed legal representatives;

WHEREAS:

(A) *Compañía Anónima Metro de Caracas*, a company duly constituted under the laws of the Bolivarian Republic of Venezuela, with offices in Caracas, Venezuela, at Multicentro Empresarial del Este located at Conjunto Miranda, Torre B, Piso 5, Chacao (hereinafter referred to as "the IMPORTER") and the EXPORTER entered into, on September 23, 2002, the COMMERCIAL AGREEMENT MC-3211 ("COMMERCIAL AGREEMENT") for the implantation of the project for the extension of Line 3 of the Caracas subway, through the construction of the *El Valle – La Rinconada* Stretch, formed by Sections VRZ01, VRZ02 and VRZ03 (the "Project"), under which it will purchase from the EXPORTER the Brazilian goods and services described in the COMMERCIAL AGREEMENT, to be exported from Brazil ("Goods and Services");

BNDES  
Beatriz Jourdan G. Vieira  
Legal Counsel



(B) the REPUBLIC assume, in this act, irrevocably and irreversibly<sup>2</sup> the payment obligations to which the IMPORTER is committed pursuant the exports of goods and services in accordance with the COMMERCIAL AGREEMENT.

(C) the amount contemplated by this LOAN AGREEMENT is included in the *Ley Especial de Endeudamiento Anual para el Ejercicio Fiscal 2003* (Special Law of Annual Indebtedness for the Fiscal Year of 2003), published in the Official Gazette nº 5.617, dated December 19, 2002; and

(D) on 08/26/2003, BNDES and the REPUBLIC entered into a Master agreement ("Master Agreement") establishing the conditions for the possible support of BNDES to the export of Brazilian goods and services to the REPUBLIC through the granting of financing facilities up to the limit of one billion United States dollars (US\$1.000,000,000.00), so as to promote the economic integration between the Federative Republic of Brazil and the Bolivarian Republic of Venezuela;

The abovementioned parties (the "Parties") agree hereby to enter into this LOAN AGREEMENT, which will be governed by the following Clauses:

### **CLAUSE ONE – NATURE, AMOUNT AND PURPOSE OF THE LOAN AGREEMENT**

1.1 – By means of this LOAN AGREEMENT, BNDES grants to the REPUBLIC a credit in the total amount of up to US\$ 78,000,000.00 (seventy-eight million United States dollars) (the "Credit"), which repayment of principal and interest shall be made in accordance with the *Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Associação Latino Americana de Integração – ALADI*, subscribed by the Central Bank of Brazil and the Central Bank of Venezuela, among other institutions, ("CCR").

1.2 – The CREDIT shall be exclusively destined to financing, through the discount of credit instruments duly registered with CCR, of up to one hundred percent (100%) of the exports of Brazilian goods and services to be used in the implementation of the Project, pursuant to the terms and conditions of the relevant COMMERCIAL AGREEMENT.



## CLAUSE TWO – UTILIZATION PERIOD, PROCEDURES AND CREDIT AVAILABILITY

2.1 – The Credit shall be made available according to the disbursement schedule established for the Project, upon the compliance with the preceding conditions set forth in Clause Four and pursuant to the terms and conditions of the COMMERCIAL AGREEMENT.

2.2 – The Credit shall be made available in full up to forty-two (42) months from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One.

2.3 – After the expiration of the period mentioned in item 2.2. of this Clause, neither the REPUBLIC shall be entitled to request any disbursement nor BNDES shall have any further obligation to make any disbursement to the REPUBLIC under this LOAN AGREEMENT.

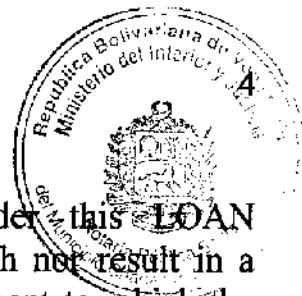
2.4 – The credit is fixed in United States dollars and all payments under this LOAN AGREEMENT shall be made, in this currency, by the REPUBLIC, on the scheduled dates.

2.5 – The Credit shall be disbursed to the REPUBLIC and shall be made available directly to the EXPORTER through discount of the promissory notes mentioned in Clause Nineteen, in Brazil, in Brazilian currency, on behalf of the REPUBLIC, by using the exchange rate for purchase transactions for American Dollars under PTAX 800, option 5, as published in SISBACEN (Data System of *Banco Central do Brasil*), or any successor rate thereof, at BNDES's sole discretion, related to the immediately preceding business day in the city of Rio de Janeiro, Brazil (hereinafter referred to as "Business Day"), to the day of such release, and valid for such date, according to the corresponding authorization of disbursement in the form of Appendix II ("Authorisation of Disbursement").

2.6 – BNDES may, at its sole discretion, upon prior written notice to the REPUBLIC, cancel the Credit in the event the conditions precedent for its availability as set forth in Clause Four have not been fully met up to twelve (12) months of the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One.

## CLAUSE THREE – REPRESENTATIONS AND WARRANTIES

3.1. – The REPUBLIC represents that all the obligations assumed by the REPUBLIC under this LOAN AGREEMENT shall be deemed as legal, valid, enforceable and binding to the REPUBLIC. Furthermore the REPUBLIC represents and warrants that:



- (a) the signing and compliance with the obligations under this LOAN AGREEMENT, by the REPUBLIC, do not (i) conflict with nor result in a breach of any agreement, obligation, treaty or other instrument to which the REPUBLIC is a party or under which it is under obligation or that may originate any lien upon its assets; (ii) conflict with or result in a breach of any law, decree, constitutional provision, regulation or other legal requirements in accordance with the laws of the Bolivarian Republic of Venezuela; nor (iii) result in or require the creation of any lien on any current or future assets or revenues of the REPUBLIC;
- (b) the representative of the REPUBLIC signing this LOAN AGREEMENT is duly authorised to sign it on behalf of the REPUBLIC;
- (c) all consents, approvals and documents necessary for the legality, validity, enforceability or admissibility as evidence of this LOAN AGREEMENT in the Bolivarian Republic of Venezuela, and required by Venezuelan laws, have been duly obtained;
- (d) according to the laws of the Bolivarian Republic of Venezuela, the REPUBLIC is under no obligation to make any deduction or withholding regarding any payment that it makes under the present LOAN AGREEMENT;
- (e) according to the laws of the Bolivarian Republic of Venezuela in effect on the date hereof payment by the REPUBLIC under this LOAN AGREEMENT shall rank *pari passu* in priority of payment with all other Public Issues of External Debt of the REPUBLIC and all other agreements signed with its external creditors, including loans and financings obtained with multilateral credit agencies. "Public Issues of External Debt" means the external public debt of the REPUBLIC issued in a public offering or a private placement of securities or other instruments of a type offered in the capital market, including, without limitation, any bond, floating-rate notes, commercial papers, certificates of deposit, debentures or other evidence of indebtedness;
- (f) the choice of Brazilian law to rule and govern the present LOAN AGREEMENT is valid according to the laws of the Bolivarian Republic of Venezuela, and will be recognized and enforced by the Venezuelan judicial authorities, and the judgments issued by the Brazilian judicial authorities shall be recognised and enforced by the Venezuelan courts, without judgment on the merits, provided that the proceedings regarding *exequatur* consents in the Bolivarian Republic of Venezuela shall be observed;



- (g) the REPUBLIC hereby waives any right that it may have to claim immunity against any suit, execution or other legal measure resulting from BNDES' initiative in the courts of the Bolivarian Republic of Venezuela based on sovereignty or any other argument to the extent permitted by applicable law;
- (h) according to the laws in force in the Bolivarian Republic of Venezuela it is not necessary that BNDES be licensed, qualified, or in any other form authorised to carry out business activities in the Bolivarian Republic of Venezuela for enforcing its rights or to enter into and perform this LOAN AGREEMENT;
- (i) BNDES shall not be considered resident or domiciled in the Bolivarian Republic of Venezuela by reason of the execution, delivery and/or performance of this LOAN AGREEMENT;
- (j) no event of default has occurred and is continuing under any agreement entered into the REPUBLIC and BNDES and/or its wholly-owned subsidiaries Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME and BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, to which the REPUBLIC is a party or which is binding upon the REPUBLIC;
- (l) no encumbrance or security interest exists on or over any revenue or property of the REPUBLIC to guarantee any external indebtedness of the REPUBLIC;
- (m) the REPUBLIC is not in default under any foreign indebtedness agreement;
- (n) all representations and warranties made in this LOAN AGREEMENT are true and complete, and the REPUBLIC acknowledges that there is no material facts or circumstances which have not been disclosed to BNDES in connection with this LOAN AGREEMENT and which, if known, could affect BNDES' decision of granting the Credit and the ability of the REPUBLIC to perform its obligations derived from this LOAN AGREEMENT.

3.2 – The foregoing representations and warranties referred to in Section 3.1 of this Clause are continuing representations and warranties, and shall be deemed to be repeated by the REPUBLIC on and as of the date of each disbursement and/or on and as of each payment date under this LOAN AGREEMENT, in each case with reference to the facts then existing.

Beatriz Jourdan G.  
Legal Counsel



## CLAUSE FOUR – CONDITIONS PRECEDING THE UTILIZATION OF THE CREDIT

4.1. – The Credit shall be only made available to the REPUBLIC after all the conditions set forth in Sections 4.2, 4.3 and 4.4 of this Clause are fully met.

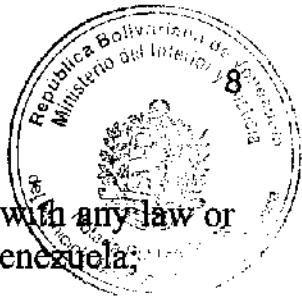
4.2 – For the first disbursement of the Credit, besides the conditions with the conditions set forth in items 4.3 and 4.4 of this Clause, the following documents shall be delivered, in a satisfactory manner to BNDES:

- (a) three originals of the present LOAN AGREEMENT, duly signed by the Parties, respectively set forth in Portuguese, English and Spanish, all of them duly registered with the pertinent Venezuelan authorities, and notarized and certified by a Brazilian consular officer in the Bolivarian Republic of Venezuela;
- (b) a certified copy of the COMMERCIAL AGREEMENT with all other necessary agreements, if such be the case, all of them duly signed by their respective parties;
- (c) copy of the print screen of the *Registro de Operação de Crédito - RC* to be obtained by the EXPORTER through SISCOMEX, appointing the REPUBLIC as debtor/borrower and BNDES as creditor/lender, and evidencing the financial terms and conditions established in this LOAN AGREEMENT.
- (d) copy of (i) a document that evidences the inclusion of the Credit in the *Ley de Especial de Endeudamiento Anual* (Especial Law of Annual Indebtedness), pursuant to article 80 of the *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público* (Organic Law of Financial Administration of the Public Sector); (ii) the authorisation by the *Comisión Permanente de Finanzas de la Asamblea Nacional* (Permanent Commission of Finance of the National Assembly), pursuant to article 80 of the *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público*; (iii) the opinion of the Central Bank of Venezuela, pursuant to article 86 of the *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público*; (iv) authorisation by the *Consejo de Ministros* (Council of Ministers), pursuant to articles 50, 55, 168 y 169 of the *Ley Orgánica de la Administración Pública* and article 242 of the *Constitución Nacional* (National Constitution); and (v) legal opinion to be rendered by the *Procuraduría General de la República* (Republic General Attorney), pursuant to article 247 of the *Constitución Nacional* and article 11 of the *Ley Orgánica de la Procuraduría General de la República*; and any other authorisations



required under Venezuelan laws for the execution, delivery and performance of this LOAN AGREEMENT, of the COMMERCIAL AGREEMENT and other necessary agreements, including requirements made by the relevant Venezuelan legislation regarding environmental issues, if any; all duly registered at the relevant Venezuelan competent authorities and certified by a Brazilian consular official in the Bolivarian Republic of Venezuela.

- (e) the promissory notes mentioned in Clause Nineteen, duly signed by the REPUBLIC and duly registered by the Central Bank of Venezuela in the CCR, in the form of Appendix V to this LOAN AGREEMENT, duly endorsed to BNDES.
- (f) a statement issued by a financial institution authorised by the Central Bank of Venezuela to operate through CCR in the form of Appendix IV, whereby such institution informs the approval of the Central Bank of Venezuela for the payments of all promissory notes issued by the REPUBLIC through the registration and processing at CCR, regarding this LOAN AGREEMENT and pursuant to its terms.
- (g) a copy of the opinion issued by the General Attorney of the REPUBLIC, in accordance to the Venezuelan law requirements, notarized and certified by a Brazilian consular officer in the Bolivarian Republic of Venezuela;
- (h) a (i) legal opinion issued in the form of Appendix III by the *Consultor Jurídico del Ministério de Finanzas de la República Bolivariana da Venezuela* (Legal Counsel to the Ministry of Finance of Bolivarian Republic of Venezuela/ *Director de la Asesoria Legal de la Oficina de Credito Público*) and (ii) a legal opinion duly issued by an independent legal counsel appointed by the REPUBLIC in a manner satisfactory by BNDES, both of them duly notarized and certified by a Brazilian consular officer in the Bolivarian Republic of Venezuela so as to certify, among other information that BNDES may deem necessary:
  - h.1) the legal capacity of the REPUBLIC to celebrate the LOAN AGREEMENT;
  - h.2) that all legal and normative authorisations required for the signing and the formalizing of the LOAN AGREEMENT, including as regards representation, have been issued or obtained;
  - h.3) that the obligations assumed by the REPUBLIC under the LOAN AGREEMENT are legal, valid, enforceable and biding



upon, and do not conflict with the Constitution or with any law or regulation in force in the Bolivarian Republic of Venezuela;

- (i) evidence of the payment by the REPUBLIC of the Management Fee, pursuant to Clause Eight;
- (j) evidence of the payment, by the REPUBLIC, of the first instalment of the Commitment Fee, pursuant to Clause Nine;
- (l) evidence of the payment of the expenses mentioned in Clause Ten;
- (m) a certificate of export credit insurance guarantee, issued to the satisfaction of BNDES, pursuant to Section 18.1 of Clause Eighteen;
- (n) evidence of the payment of the credit insurance premium mentioned in item 18.2 of Clause Eighteen;
- (o) certified copy of the agreement entered into between the EXPORTER and the independent audit company that will issue the opinion on the report mentioned in item 20.1 of Clause Twenty;
- (p) all documents and authorisations issued, to the satisfaction of BNDES, by the Venezuelan statutory and governmental agencies and necessary to the legality, validity, binding effect and enforceability of the LOAN AGREEMENT;
- (q) certified copy of the document proving that the signatories of the LOAN AGREEMENT are authorised to sign it on behalf of the REPUBLIC and of the EXPORTER, as well as their relevant the relevant signature specimen certificate, duly notarized and consularized by a Brazilian consular officer in the Bolivarian Republic of Venezuela;
- (r) certified copy of the proceedings record of the EXPORTER's Board of Directors meeting, pursuant to the legal formalities, in which is authorised to enter into this instrument, for the purposes set forth in Clause Twenty of this LOAN AGREEMENT;
- (s) up-to-date physical and financial schedule of the project, signed by the EXPORTER and the IMPORTER;
- (t) evidence of the existence of the budgetary provision for the corresponding allocation of funds from the Venezuelan Treasury in the PROJECT, during the year of 2005;



- (u) certified copy of the financial agreements entered into: (i) the REPUBLIC, the IMPORTER and the Société Générale, destined to the advanced payments made in favor of the EXPORTER and (ii) the EXPORTER and the Industrie Bank (IKB) for the financing of external equipments; and
- (v) document proving the existence of a limit established by the Central Bank of Venezuela, for the proceedings, under CCR , of the present operation, pursuant to the Master Agreement signed on August 26, 2003.

4.3. – For all disbursements of the Credit, including the first, one the following documents shall be delivered to BNDES:

- (a) Authorisations of Disbursement issued by the REPUBLIC, in sequential order, pursuant to Appendix II, together with all the documents required by the COMMERCIAL AGREEMENT;
- (b) evidence that the signatories of the Authorisations of Disbursement are duly authorised to sign the documents on behalf of the REPUBLIC and a copy of the relevant signature specimen certificate, all duly notarized and certified by a Brazilian consular officer in the Bolivarian Republic of Venezuela;
- (c) copy of the relevant print screen of the *Registro de Exportação – RE* (Registration of Export) regarding each shipment, to be obtained by the EXPORTER, through SISCOMEX, providing, if such be the case, the authorisation for the export of the goods destined to the Project and connected with the RC referred to in Section 4.2 (c) of Clause Four;
- (d) registry of all shipments of goods to be financed hereunder this LOAN AGREEMENT, duly certified by the Brazilian Internal Revenue Service (*Secretaria da Receita Federal*) and referring to their respective commercial invoices, to be obtained by the EXPORTER;
- (e) commercial invoice issued by the EXPORTER, for each disbursement, with the terms “AGREED UPON” inserted by the IMPORTER, giving evidence of the value of the exported goods and services, and copies of the bill of lading, if such be the case, and of any other documents required by BNDES’ operational





rules (normas operacionais do BNDES) and by the Laws in force, for the evidence of the export of the Goods and related services;

- (f) follow-up report mentioned in Section 20.1 of Clause Twenty, together with the opinion issued by the Audit company referred to in Section 4.2 (o). of Clause Four;
- (g) evidence of the payment of insurance premium to the export credit insurance company mentioned in Section 18.2 of Clause Eighteen;
- (h) promissory notes issued by the REPUBLIC, duly registered for transaction under the CCR, with all formalities complied with for repayment under CCR, pursuant to Clause Nineteen of this LOAN AGREEMENT;
- (i) copy of the authorization given to the signatories of the promissory notes, mentioned in Section 4.3 (g) of Clause Four, and the relevant signature specimen certificate, notarized and certified by a Brazilian consular officer in the Bolivarian Republic of Venezuela
- (j) evidence of the payment, by the REPUBLIC, of the Commitment Fee pursuant to the terms of Clause Nine;
- (l) evidence of the payment of the expenses pursuant to Clause Ten;
- (m) evidence of the existence of budgetary provision by the REPUBLIC regarding the relevant allocation of funds of the Venezuelan Treasury to the Project regarding each year of the Project execution, to be annually presented to BNDES until the March 1st. of the relevant year during the availability period; and
- (n) any other authorization or documents that BNDES may deem necessary.

4.4 Besides the conditions listed above, BNDES disbursements will also be conditioned to the following:

- (a) no event of default of any nature in any agreement entered into by the REPUBLIC or the EXPORTER with BNDES and/or its wholly-owned subsidiaries Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME and BNDES Participações S.A. – BNDESPAR;



- (b) no event of any economic or financial fact which may affect, at the sole discretion of BNDES, the fulfilment of the obligations undertaken by the REPUBLIC under this LOAN AGREEMENT;
- (c) non-existence of any event, specially of an economic or financial nature, that, at the sole discretion of BNDES, may interfere in the carrying-out of the obligations assumed by the REPUBLIC pursuant to this LOAN AGREEMENT; and
- (d) delivery of any other documents required by the operational rules of BNDES and by the Brazilian applicable laws;

## **CLAUSE FIVE – BRAZILIAN CONTENT**

5.1 Only goods and services with a minimum Brazilian content rate of sixty percent (60%) will be deemed as eligible for being financed by BNDES under this LOAN AGREEMENT.

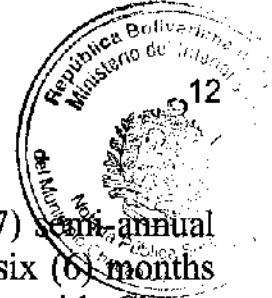
## **CLAUSE SIX - REPAYMENT**

6.1 - The principal amount due under this LOAN AGREEMENT shall be repaid in United States Dollars in eleven (11) semi-annual equal and consecutive instalments becoming the first one due and payable on the forty-second (42nd) month from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One.

## **CLAUSE SEVEN - INTEREST**

7.1. - The interest rate applicable to the Credit shall be the sixty month London Interbank Offered Rate (LIBOR – London Interbank Offered Rate) reproduced by the Central Bank of Brazil under SISBACEN - PTAX 800 transaction, option 9, valid on the date hereof and fixed for the whole financing period, plus a spread of two per cent per annum (2% p.a.).

7.2. - Interest shall be calculated *pro rata tempore* from the Scheduled Disbursement Date, as defined in Section 19.3.1 of Clause Nineteen of this LOAN AGREEMENT, calculated on the basis of a year consisting of 360 (three hundred and sixty) days.



7.3. - Interest shall be paid by the REPUBLIC in up to seventeen (17) semi-annual and consecutive instalments becoming the first one due and payable six (6) months after the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One.

## **CLAUSE EIGHT - MANAGEMENT FEE**

8.1. The REPUBLIC shall pay to BNDES a management fee (the "Management Fee"), in one sole instalment, an amount equivalent to one percent (1%) flat over the total amount of the Credit, until (i) thirty (30) days from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One or (ii) the date of the first disbursement, whichever comes first.

## **CLAUSE NINE – COMMITMENT FEE**

9.1. – As a condition for the disbursement of each portion of the credit, the REPUBLIC shall pay to BNDES, as Commitment Fee, an amount equivalent to zero point five percent per annum (0.5% p.a.), according to the following form of calculation and payment:

- (a) the first (1st) payment shall be made within thirty (30) days after the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One or until the date of the first disbursement, whichever comes first, in an amount equivalent to the application of the zero point five percentage (0.5%) upon the total Credit;
- (b) the second (2nd) payment shall be made on the last day of the thirteenth (13th) month from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One, subject to the provisions of Clause Thirteen of this LOAN AGREEMENT, in an amount equivalent to the application of the zero point five percentage (0.5%) upon the unused amount of the credit on the last day of the twelfth (12th) month from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One.
- (c) the third (3rd) payment shall be made on the last day of the twenty-fifth (25th) month from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One, subject to the provisions of Clause Thirteen of this LOAN AGREEMENT, in an amount equivalent to the application of the zero point five percentage (0.5%) upon the unused amount of the Credit on the last



day of the twenty-fourth (24th) month from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One.

- (d) the fourth (4th) payment shall be made on the last day of the thirty-seventh (37th) month from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One, subject to the provisions of Clause Thirteen of this LOAN AGREEMENT, in an amount equivalent to the application of the zero point twenty-five percentage (0.25%) upon the unused amount of the Credit on the last day of the thirty-sixth (36th) month from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One.

## **CLAUSE TEN - EXPENSES**

10.1. The REPUBLIC shall repay to BNDES, within five (5) business days of being charged in writing by BNDES, all proven expenses incurred by BNDES, regarding:

- a) the negotiation, preparation, entering into and registration of the LOAN AGREEMENT; and
- b) the legal fees and expenses derived from the administrative or judicial enforcement of any amount under the LOAN AGREEMENT.

10.2. The expenses set forth in Section 10.1 (a), of this Clause are limited to US\$ 15,000.00 (fifteen hundred United States dollars).

## **CLAUSE ELEVEN – BREAKAGE COSTS**

11.1. If the REPUBLIC fails to comply with any of its payment obligations set forth under this LOAN AGREEMENT, the REPUBLIC shall pay to BNDES any additional amount necessary to compensate BNDES for the losses and costs incurred by BNDES in reason of prepayment, late payments or acceleration of the debt incurred by REPUBLIC notwithstanding the provisions set forth in Clauses Fourteen and Fifteen of this Loan Agreement.

## **CLAUSE TWELVE - FORM AND PLACE OF PAYMENT**

12.1 – Payments of principal and interest due to BNDES under this LOAN AGREEMENT shall be made in United States of America Dollars upon request of



reimbursement to the Brazilian Central Bank through CCR, being such request made on the due repayment dates set forth under this LOAN AGREEMENT through an *agent bank* to be appointed by the EXPORTER and approved by BNDES ("Agent Bank").

12.2. - BNDES will require directly to the REPUBLIC, or through the Agent Bank, the payments of amounts such as administration fees, commitment fees, expenses, penalties and default rates pursuant to the terms of this LOAN AGREEMENT and any interest on late payments, including amounts resulting from the non-compliance, by the REPUBLIC or the EXPORTER, of any obligations assumed under this LOAN AGREEMENT.

12.3 – The collection set forth in Section 12.1 of this Clause will be made by means of a payment notice issued in anticipation by BNDES or by the Agent Bank, advising the REPUBLIC to settle such obligations on their due dates.

12.4 - Failure to receive the payment notice shall not release the REPUBLIC from its obligation to pay the amounts due on the dates set forth in this LOAN AGREEMENT.

12.5 - Any fee owed to the Agent Bank shall be paid by the EXPORTER.

### **CLAUSE THIRTEEN - MATURITY ON NON-BUSINESS DAYS**

13.1 - All maturity of an instalment of principal, interest or any other payment to be made by the REPUBLIC in favour of BNDES which falls on a Saturday, Sunday or holiday in the city of New York, N.Y., in the United States of America, shall for all purposes under this LOAN AGREEMENT, if it falls within the same month, be postponed to the first subsequent business day in the city of New York. Should it does not fall within the same month, the respective payment shall be anticipated to the immediately previous business day in the city of New York.

### **CLAUSE FOURTEEN - EVENTS OF DEFAULT**

14.1 - The following events are hereby defined as events of default ("Events of Default"):



- (a) the REPUBLIC has failed to pay any amount due to BNDES under this LOAN AGREEMENT;
- (b) the REPUBLIC or the EXPORTER has failed to comply with any of its obligations assumed under this LOAN AGREEMENT;
- (c) any change was made to the terms and conditions of the COMMERCIAL AGREEMENT without the previous consent of BNDES, so as to cause a material adverse effect on the ability of the REPUBLIC to comply with its obligations assumed under this LOAN AGREEMENT;
- (d) the suspension, termination or cancellation of the COMMERCIAL AGREEMENT has occurred;
- (e) any of the authorisations, licenses or whatsoever documents related to the LOAN AGREEMENT or to the Project, including requirements made by Venezuelan law, regarding environmental issues have been cancelled, suspended, or revoked or have not been obtained so as to cause a material adverse effect on the project under the terms and conditions of the relevant COMMERCIAL AGREEMENT and in accordance with the applicable law;
- (f) any statement or information provided by the REPUBLIC which is essential for the validity and enforceability of this LOAN AGREEMENT, or any other document issued by the REPUBLIC in connection with this LOAN AGREEMENT, has been proven false or intentionally incomplete or incorrect when issued;
- (g) the evidence that the REPUBLIC has begun negotiations or taken any other step so as to cause the deferral, rescheduling or other readjustment of all or part of its indebtedness, or has proposed or made an assignment, arrangement or composition with or for the benefit of its respective creditors, which materially affect its ability to comply with its obligations under this LOAN AGREEMENT;
- (h) the evidence that any of the representations and warranties stated in Clause Three are proven incorrect, inexact or incomplete on the date of each disbursement and /or from the date of each disbursement and/or payment under this LOAN AGREEMENT;
- (i) the granting by the REPUBLIC of any guarantee or privilege to any of its external creditors without the granting of such guarantee or privilege to BNDES pursuant to this LOAN AGREEMENT; and



(j) the has occurred of any default, by the REPUBLIC or by the EXPORTER under any other agreement signed with BNDES and/or its wholly-owned subsidiaries Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME and BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

14.2 - Notwithstanding other penalties set forth under this LOAN AGREEMENT, BNDES shall interrupt, at any time, the disbursements under this LOAN AGREEMENT upon the occurrence of any of the Events of Default listed in Section 14.1 of this Clause until the Event of Default is solved.

14.3 - In the Event of Default set forth in Section 14.1 (a) of this Clause occurs, notwithstanding the interest rate referred to in Clause Seven, the REPUBLIC shall pay to BNDES a default rate equivalent to (i) the interest rate set forth in Clause Seven, plus (ii) two percent per annum (2% p.a.) from the due date of the unpaid instalment of the debt until its actual payment.

14.4 – If any of the Events of Default set forth in Section 14.1 (b), (c), (e), (f), (h) or (i) of this Clause occurs, the REPUBLIC shall pay to BNDES a penalty equal to zero point one per cent per day (0.1% p.d) on the outstanding balance of the Credit resulting from this LOAN AGREEMENT, due from the date of its occurrence to the date of its remedy.

14.5 – If any of the Events of Default set forth in Section 14.1 (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (i) or (j) of this Clause occurs and continues for more than thirty (30) business days from its occurrence, BNDES may immediately enforce all the guarantees given in favour of BNDES and declare the acceleration of the entire debt under this LOAN AGREEMENT, upon which all due amounts shall be immediately paid, independently of any demand, protest or other form of notification.

14.6 - If any of the Events of Default set forth in Sections 14.1 (a), (d), (f) or (g) of this Clause occur, BNDES may immediately enforce all the guarantees given in favour of BNDES and declare the acceleration of the entire debt under this LOAN AGREEMENT and under all other agreements, upon which all due amounts shall be immediately paid, independently of any demand, protest or any form of notification.

14.7 – In the occurrence of any Event of Default, BNDES may consider as accelerated the total debt of every agreement signed between the REPUBLIC and BNDES and/or its wholly-owned subsidiaries Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME and BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, independently of subjection to other agreed sanctions, as well as of any demand or any form of notification.



14.8 - The administrative expenses eventually derived from the acceleration of the debt of this LOAN AGREEMENT shall be paid by the REPUBLIC to BNDES promptly upon demand.

## CLAUSE FIFTEEN - PREPAYMENT

15.1 - The REPUBLIC may prepay principal and interest due under this LOAN AGREEMENT, in whole or in part, upon written request to BNDES at least ninety (90) days before the date on which such prepayment is intended, subject to the prior written approval by BNDES.

15.2 - If the REPUBLIC makes a prepayment, the REPUBLIC shall pay to BNDES, together with the prepayment amount, any proven breakage costs incurred by BNDES pursuant to Clause Eleven.

15.3 - In addition to the payment of breakage costs referred to in Clause Eleven, BNDES may charge additional administrative expenses related to the processing and invoicing of any prepayments made by the REPUBLIC under this LOAN AGREEMENT.

15.4 - In the event the REPUBLIC prepays any part of the principal or interest due under this LOAN AGREEMENT, such prepayments shall be used to repay the debt in the inverse order of the repayment schedule.

## CLAUSE SIXTEEN – TAXES AND FEES

16.1 – Notwithstanding the provision set forth in Section 3.1 (d), of Clause Three, any present or future fees, taxes, custom duties, contributions, deductions, commissions or other similar charges deriving from the payment of principal, interest, expenses or any other payments due under this LOAN AGREEMENT shall be borne by the REPUBLIC.

16.2. – In the event of any present or future legal provision cause the withholding or deduction of any amount owed by the REPUBLIC under this LOAN AGREEMENT, such payment shall be increased so as to fully compensate BNDES for any deduction made as a result of the payment of such taxes, custom duties, fees, deductions, contributions, commissions and similar charges, so that BNDES receives the due amount as if such taxes, fees, custom duties, deductions, contributions, commissions and similar charges have never been due.



## CLAUSE SEVENTEEN – PENALTY FOR THE FILING OF LAW SUIT

17.1. If BNDES initiates legal proceedings for the purpose of collecting any payment due by the REPUBLIC under this LOAN AGREEMENT, the REPUBLIC shall indemnify BNDES for all costs incurred by the latter in collecting such payment through legal proceedings. The REPUBLIC shall also reimburse BNDES for any legal expense incurred by BNDES upon any judicial decision or judgement by a competent court with respect to such payment. In addition to the foregoing, the REPUBLIC shall pay to BNDES a penalty equivalent to ten per cent (10%) on the outstanding balance resulting from this LOAN AGREEMENT.

## CLAUSE EIGHTEEN - INSURANCE

18.1 – This financing shall be insured against political and extraordinary risks for the total validity period of this LOAN AGREEMENT, through the contracting of an export credit insurance, with funds from the *Fundo de Garantia a Exportação – FGE* (Export Guarantee Fund), in favour of BNDES, with a coverage of up to one hundred percent (100%) of the final net loss, by means of an export credit insurance guarantee certificate, in a manner satisfactory to BNDES.

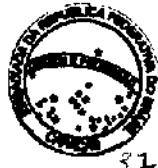
18.2 – The payment of the insurance premium shall be made before each disbursement under this LOAN AGREEMENT by the REPUBLIC directly to BNDES, who will transfer such premium to the export credit insurance company.

## CLAUSE NINETEEN – PROMISSORY NOTES

19.1 – In order to insure the payment of principal and interest due under this LOAN AGREEMENT, before each disbursement, the REPUBLIC shall issue some promissory notes (the “Promissory Notes”) in the name of the EXPORTER and complying with CCR rules, to the satisfaction of BNDES and duly endorsed to BNDES, according to the provisions in this Clause.

19.2. For each disbursement, the Promissory Notes shall correspond to the total instalments for repayment of the Credit under this LOAN AGREEMENT and the relevant instalments of interest due, in conformity with the terms set forth in the LOAN AGREEMENT, as well as the dates of issue of the respective notes.

35  
Sexta, dia 20 de outubro de 2012  
Assinado por: [Signature]



19.3. The following procedure shall be adopted for the issuing of the Promissory Notes:

19.3.1. The REPUBLIC shall send to BNDES a disbursement notice at least thirty (30) days before the date the REPUBLIC intends BNDES to make a disbursement to the EXPORTER ("Scheduled Disbursement Date").

19.3.2. BNDES will appraise the notification sent by the REPUBLIC and will forward its answer with the confirmation of the intended disbursement date and of the amounts of principal and interest, which will have as their initial date the Scheduled Disbursement Date.

19.3.3. The REPUBLIC shall issue the Promissory Notes with the amounts informed by BNDES and shall forward to BNDES the pertinent Authorization of Disbursement issued in accordance with the provisions of Appendix II to this LOAN AGREEMENT.

19.3.4. The Promissory Notes that will be presented to BNDES shall contain all the formal requirements for their regular processing under CCR, as well as their respective register with the Central Banks of Venezuela and Brazil, with the compliance of all the formal requirements for reimbursement under CCR.

## **CLAUSE TWENTY – EXPORTER'S SPECIAL OBLIGATIONS**

20.1 - The EXPORTER shall present to BNDES semi annually from the thirtieth (30th) day after the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One, a follow-up report, issued to the satisfaction of BNDES, describing the goods used and the services rendered to the Project in each six-month period counting from the Effective Date of the LOAN AGREEMENT in accordance with Clause Twenty One. The report shall be accompanied by an opinion issued by a independent audit company duly approved by BNDES, to be hired by the EXPORTER, as set forth in Section 4.2 (o) of Clause Four.

20.2 - The EXPORTER shall prove to BNDES, within 30 days from the end of the utilization period of the Credit, the compliance with of the minimum percentage established for the Brazilian content of the equipment exported under the financing, pursuant to Clause Five.

20.2.1. In the event that the percentage reached be lower than what is set forth in Clause Five, the EXPORTER shall pay BNDES a fine



equivalent to ten percent (10%) upon the difference between the minimum value corresponding to the percentage set forth in Clause Five and the amount corresponding to the proven percentage.

20.3 - The EXPORTER shall give evidence to BNDES, within 30 days of the end of the Credit's utilization period, of the actual export of goods in the minimal amount equivalent to forty percent (40%) of the total amount of the financing, as mentioned in Section 1.1 of Clause One.

20.3.1. In the event that the percentage referred to in Section 20.3 of Clause Twenty is lower than forty percent (40%), the EXPORTER will pay BNDES a fine equivalent to ten percent (10%) on the difference between the amount actually exported and the minimal amount that should have been exported pursuant Section 20.3 of Clause Twenty.

## **CLAUSE TWENTY-ONE – EFFECTIVE CLAUSE**

21.1 This Loan Agreement shall enter into force upon the receipt by BNDES of a copy of the opinion issued by the General Attorney of the REPUBLIC, set forth in Section 4.2 (g) of Clause Four.

21.2. The date on which the Agreement shall enter into force will be considered that of the issue of the declaration of effectiveness by BNDES ("Declaração de Eficácia"), which shall occur only upon the fulfillment of the obligation referred to in this clause as necessary to the effectiveness of the present Loan Agreement.

21.3. This Loan Agreement shall enter into force no later than 60 (sixty) days. Such term may be once extended until 30 (thirty) days, at the sole discretion of BNDES. Nonetheless, this Loan Agreement will be automatically cancelled if said term ends without proof of the fulfillment of mentioned condition of effectiveness.

## **CLAUSE TWENTY-TWO - GOVERNING LAW, JURISDICTION AND ARBITRATION**

22.1 - This LOAN AGREEMENT shall be governed by Brazilian laws. The Federal Courts of Rio de Janeiro (Brazil), or any other that is considered competent according to the applicable law and that BNDES deems more convenient to the situation of its credits and rights, are elected to settle any questions or disputes arising from this LOAN AGREEMENT.



22.2 - BNDES and the REPUBLIC may, at their own discretion and in mutual agreement, submit potential disputes arising from this LOAN AGREEMENT to international arbitration, according to the Arbitration Rules of the International Commerce Chamber.

22.3 - If such be the case, arbitration shall be held in the city of Rio de Janeiro, Brazil, in Portuguese, and complying with the rules of the Brazilian law.

22.4 - The REPUBLIC undertakes not to invoke immunity of jurisdiction due to sovereignty, or any other reason, as the case may be, whereas related to a government condition or concerning the quality or legal capacity as a state entity, directly or indirectly considered.

22.5 - The REPUBLIC shall have a process agent in Rio de Janeiro to receive on its behalf any and all documents relating to any proceedings in the Federal Courts of Rio de Janeiro, until its all obligations under this LOAN AGREEMENT are fully accomplished.

### **CLAUSE TWENTY-THREE - NOTICES**

23.1 – Any document, representation or information concerning this LOAN AGREEMENT will be forwarded by mail or fax to the following addresses:

#### to BNDES

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

A/C: Área de Comércio Exterior – AEX/DECEX5

Av. República do Chile, 100 – 18º andar

20139-000

Rio de Janeiro - RJ

BRAZIL

Att.: Chefe de Departamento – DECEX5

Tel.: 55 21 2172-7897

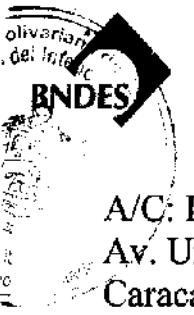
Fax: 55 21 2262-1470/2220-8244

#### to REPUBLIC

MINISTERIO DE FINANZAS

REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

Ministerio de Finanzas – Oficina Nacional de Credito Publico



A/C: Directoria de Asesoria Legal  
Av. Urdaneta, Esq. Carmelitas – Edificio Sede Piso 9  
Caracas - Venezuela  
Tel.: 58 212 802 1879  
Fax: 58 212 802 1892

to EXPORTER

CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.  
Praia de Botafogo 300, 11º andar  
Rio de Janeiro - Brasil  
Tel.: 55 11 3024 4753  
Fax: 55 11 3024 4770

#### **CLAUSE TWENTY-FOUR - ASSIGNMENT**

24.1 - BNDES may assign upon a written notice to the REPUBLIC any of its rights and/or obligations under this LOAN AGREEMENT, in part or as a whole, to any third party, and the REPUBLIC may assign any of its rights and obligations under this LOAN AGREEMENT to a third party, subject to the prior written consent of BNDES.

  
Beatriz Jourdan G. Vieira  
Legal Counsel



*BNDES*  
Fornecido por SIC  
Lei 12.527/2011



## CLAUSE TWENTY-FIVE – SEPARATE OBLIGATIONS

25.1 – Whereas BNDES is not a party to the COMMERCIAL AGREEMENT, no direct or indirect liability related to such agreement may be attributed of BNDES, and BNDES shall not be compelled to comply with the obligations set forth under the COMMERCIAL AGREEMENT or under any other agreements entered into between the REPUBLIC, the EXPORTER and the IMPORTER.

25.2 – The REPUBLIC shall not file any judicial procedure against BNDES nor shall make any opposition in court or out of court whether directly or indirectly against BNDES based on the COMMERCIAL AGREEMENT or on any other agreement between the REPUBLIC and third parties; and the REPUBLIC shall cooperate in good faith with BNDES in the event that BNDES is sued in court by third parties as a consequence of any breach or matter related the COMMERCIAL AGREEMENT.

## CLAUSE TWENTY-SIX- CONFIDENTIALITY

26.1 – The Parties undertake to maintain total absolute secrecy of the terms and conditions of this LOAN AGREEMENT, being forbidden to mention disclose or reproduce its Clauses by any means or for any purpose, except to their respective professional advisors, by force of law or judicial decision.

26.2 – Failure to comply with the obligations set forth in this Clause shall subject the infringing party to the payment of reasonable indemnity for damages resulting from such failure. In any event, the proceeds thus obtained shall be destinated to the party(ies) adversely affected that claimed such fine and/or indemnity.

26.3 – Only in situations foreseen in the *Lei Complementar* (Complementary Law) nº 105, of January 10, 2001, and in the event of a request from the external control agencies of the Federal Public Administration or the Federal Accounts Court of Brazil. (Tribunal de Contas de União), BNDES is authorised to furnish information and explanations which may be necessary, in which case, the requesting entities shall be warned of the confidential nature of such information, and shall be requested to keep reserve and secrecy.

BNDES  
Beatriz Jourdan G. Vieira  
Legal Counsel



## CLAUSE TWENTY-SEVEN - MISCELLANEOUS

27.1. – The REPUBLIC shall not request the rescheduling of any payment undertaken in this LOAN AGREEMENT.

27.2. – The REPUBLIC shall include the payment obligations derived from this LOAN AGREEMENT in its annual budget, until the debt is paid in full.

27.3. – This LOAN AGREEMENT shall only terminate after all obligations derived herefrom have been met in full.

27.4. - The present LOAN AGREEMENT may be amended upon written agreement among the parties, upon the execution of the amendment in accordance with the applicable law.

27.5. - The non-exercise by the parties of any of the rights set forth in this LOAN AGREEMENT shall not be considered as waiver of any right, power or privilege within the scope of this LOAN AGREEMENT or as novation. No act by any of the parties hereto will be construed as a waiver on any right, power or privilege under this LOAN AGREEMENT. The rights of the parties set forth in this LOAN AGREEMENT are cumulative and additional to any other rights in accordance with the applicable law.

27.6. - In the event that any of the clauses of this LOAN AGREEMENT is considered null, void or unenforceable, the other provisions shall remain valid and effective.

27.7. - This LOAN AGREEMENT is written in the Portuguese, English and Spanish. In case of any doubt, controversy or dispute, the Portuguese text shall prevail.

27.8. - This LOAN AGREEMENT binds upon the parties hereto and their successors.



In witness whereof the Parties execute this instrument in nine (9) counterparts (three of each in Portuguese, English and Spanish, respectively) of identical content and for one single purpose, in the presence of the two (2) undersigned identified witnesses.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_.

For **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**

Name: GUIDO MANTEGA  
Title: Presidente

Name: Armando Mariano Carvalho  
Title: Diretor BNDES

For the **BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA**

Name: Nelson J. Merentes D.  
Title: Ministro de Finanças

For **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.**

Name: Carlos Roberto M. Alves Brás  
Title: Director

Name: Andre Amaro da Silveira  
Title: Director

Witnesses:

1. Name: Carlos A. S. Marcondes  
R.G.: 2.673.258 IFR

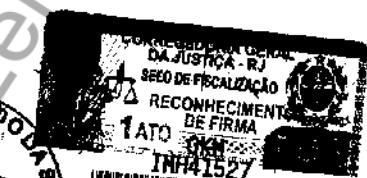
2. Name: Paula Lúcia de Almeida Santos  
R.G.: 10445394-8 IAP/RT

CARREGO DO 62 OFÍCIO DE NOTAS, Rua do Rosário, 173-A  
Tel: 2205-4074. Tabelínia: Célia Alessandra Brito Souza. Feita hoje  
na sequência das firmas: ROBERTO MENESES REVERGAS  
EDSON CARVALHO (FIRMA) (10/02/2005)

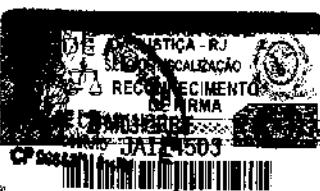
Rio de Janeiro, RJ, 10º Andar do Edifício do BNDES - Centro  
Edifício BNDES - Centro  
Av. Presidente Vargas, 100 - Centro  
CEP 20030-000

20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA  
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL: (21) 2220-9545 - RJ

Reconheço, por SEMELHANÇA, as firmas de GUIDO MANTEGA, ARMANDO  
MARIANTE CARVALHO TORJER XXXX XXX XXXX  
Valido desde 01/02/2005 - Até 10/02/2005  
Edson de Carvalho - substituto - mas  
Fitas: 1,34 P.Dados: 4,80 Outros: 1,22 Total: 7,36



BNDES  
Benz Jourdan G. Vieira  
Legal Counsel



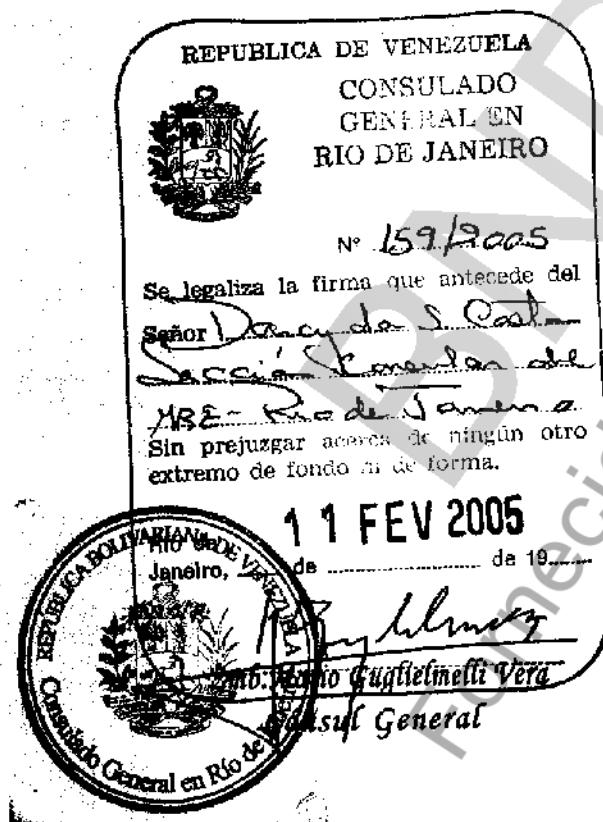


MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO  
SEÇÃO CONSULAR

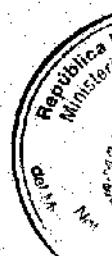
Reconheço verdadeira, por semelhança a assinatura  
assinalada, com o sinal CONSULAR-BERLIO.  
A presente autenticação não implica aceitação do  
teor do documento.

10 FEB 2005

Darcy da Silva Costa  
Darcy da Silva Costa  
Agente Administrativo



50



Lei 12.527/2011  
Recido por SIC BNDES



## APPENDIX I

[Estimate Disbursement Schedule to the Exporter]

### 'Caracas Subway Line 3' Project

Semesters <sup>1</sup>	Percentage of the credit to be disbursed
1	10%
2	22%
3	26%
4	19%
5	9%
6	8%
7	6%

1: After the Effective Date.

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011



J



## APPENDIX II

### AUTHORISATION OF DISBURSEMENT No.

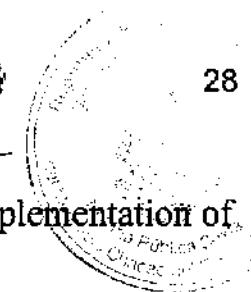
[Place], \_\_\_\_\_,

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES  
Área de Comércio Exterior – AEX/DECEX5  
Av. República do Chile, No. 100 - 18º andar  
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Brasil

Ref: LOAN AGREEMENT THROUGH THE OPENING OF CREDIT N° 04.2.221.8.1 ("LOAN AGREEMENT") entered into between Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), the Bolivarian Republic of Venezuela, represented by its Minister of Finance ("REPUBLIC"), and Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("EXPORTER") on [date]

Dear Sirs,

1. We refer to the LOAN AGREEMENT under which BNDES agrees to finance, through the discount of credit instruments, Brazilian exports of goods and services ("Goods and Services") for the project for the extension of Line 3 of the Caracas subway, through the construction of the El Valle – La Rinconada Stretch, formed by Sections VRZ01, VRZ02 and VRZ03 ("Project"). The terms defined in this document will have the same meaning they were given in the LOAN AGREEMENT.
2. As representatives of the REPUBLIC in the LOAN AGREEMENT and pursuant to their terms and conditions:
  - (a) we confirm, for the purposes of this request for utilization of the Credit under the LOAN AGREEMENT, that all the requirements described in the COMMERCIAL AGREEMENT entered into between Compañía Anónima



Metro de Caracas and [ ] on [ ], for the implementation of the above-mentioned project, have been complied with;

(b) we inform that, as payment to the EXPORTER and in compliance with Clause Nineteen of the LOAN AGREEMENT, we have issued two series of Promissory Notes in the total amount of US\$ .....

(c) we irrevocably authorise BNDES to make a disbursement directly to the EXPORTER, in Brazil, in Brazilian currency, regarding the export of Brazilian goods and services to be used in the abovementioned Project, through the bank discount of promissory notes issued as payment and in favour of the EXPORTER, pursuant to Section 2 (b) of this instrument.

3. We declare that the principal amounts entered in the promissory notes issued pursuant to Section 2 (b) of this instrument:

(i) correspond to the payment of ..... percent (.....%) of the value of the goods and/or services supplied or rendered by Construtora Norberto Odebrecht S.A.;

(ii) are exclusively referent to the payment of the Brazilian export of Brazilian goods and/or services by Construtora Norberto Odebrecht S.A.;

(iii) are directly and integrally related to the purpose set forth in the LOAN AGREEMENT; and

(iv) do not include any amount which implies in the paying or reimbursement of expenses that have been or may be made by the REPUBLIC or the EXPORTER in the utilization or acquisition of goods or services of any nature in the Bolivarian Republic of Venezuela or in third countries.

4. We declare that, for the purpose of collecting the principal and interest owed to the REPUBLIC to BNDES under the LOAN AGREEMENT, the amount entered in the promissory notes issued pursuant to Section 2 (b) of this instrument, is to be considered, notwithstanding to the collecting of other charges agreed to in the LOAN AGREEMENT.

BNDES  
Beatriz Jourdan G. Vieira  
Legal Counsel





5. We furthermore declare that the utilization of the Credit set forth in the LOAN AGREEMENT will be compatible with the physical implementation schedule of the Project.

Yours truly,

**BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA**

Name:

Title:

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011

BNDES  
Sexta-feira, 10 de maio de 2013  
10:00h

J

APPENDIX III

59

**LEGAL OPINION**

[Place and Date]

To: BNDES  
 c/o AEX  
 Av. Republica do Chile, 100 – 18º. andar  
 20139-900 - Rio de Janeiro - RJ  
 Brazil

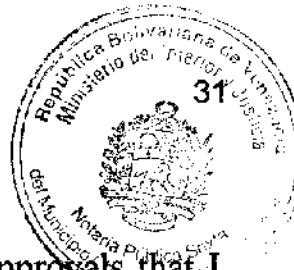
Ref: LOAN AGREEMENT THROUGH THE OPENING OF CREDIT Nº 04.2.221.8.1 ("LOAN AGREEMENT") entered into between Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), the Bolivarian Republic of Venezuela, represented by its Minister of Finance ("REPUBLIC"), and Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("EXPORTER") on [date]

Dear Sirs,

I have acted as legal counsel on behalf of the Bolivarian Republic of Venezuela (the "REPUBLIC") regarding the LOAN AGREEMENT entered into between Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, the REPUBLIC, represented by its Ministry of Finance and the EXPORTER, for the financing, through the discount of credit instruments, of the export of Brazilian goods and services to be used in the for the implantation of the project for the extension of Line 3 of the Caracas subway, through the construction of the *El Valle – La Rinconada* Stretch, pursuant to the terms and conditions of the pertinent COMMERCIAL AGREEMENT.

For this purpose, I have examined:

- (a) one signed copy of the LOAN AGREEMENT;
- (b) one signed copy of COMMERCIAL AGREEMENT Nº [ ], signed between COMPAÑIA ANÓNIMA METRO DE CARACAS – C.A.METRO and [ ] on [ ];
- (c) a declaration issued by [institution authorized by the Central Bank of Venezuela to operate under the Reciprocal Agreement of Payments and Loans of the Latin American Integration Association – ALADI] on .....



(d) the pertinent laws, documents, authorizations, consents and approvals that I deemed necessary or desirable for the issuing of this opinion.

I presume that the LOAN AGREEMENT is legal, valid, binding AND ENFORCEABLE under Brazilian laws, which will govern the obligations therein, and that it has been duly signed by authorized representatives of BNDES.

Based on the information listed below, my opinion is that:

- (1) all the authorizations and approvals necessary or desirable to ensure the legality, validity and enforceability of the LOAN AGREEMENT have been duly obtained and are in full force and effect;
- (2) the signatories representing the REPUBLIC are duly authorised to sign the LOAN AGREEMENT and to issue the promissory notes set forth in Clause Nineteen of the LOAN AGREEMENT, as well as to assume the obligations resultant from them, pursuant to the laws of the Bolivarian Republic of Venezuela;
- (3) the signatories of the declaration issued by the institution authorized by the Central Bank of Venezuela to operate under the CCR are duly authorized to issue such declarations on behalf of the institution;
- (4) the compliance of the REPUBLIC with the obligations assumed in the LOAN AGREEMENT and resulting from the issuing of the promissory notes as set forth in Clause Nineteen of the LOAN AGREEMENT, do not and will not conflict and do not and will not violate any applicable constitutional or legal provision or any other normative provision in force in the Bolivarian Republic of Venezuela, such obligations being entirely valid and enforceable from the execution date of the LOAN AGREEMENT;
- (5) the representations and warranties of the REPUBLIC in Clause Three of the LOAN AGREEMENT are true and complete;
- (6) statements of the institution authorised by the Central Bank of Venezuela to operate under the CCR in the examined document are true and complete;
- (7) the LOAN AGREEMENT is legal, valid and enforceable under the laws of the Bolivarian Republic of Venezuela;



- (8) the choice of the Brazilian law to rule and govern the LOAN AGREEMENT is valid according to the laws of the Bolivarian Republic of Venezuela, and
- (9) the execution of any Brazilian judicial decision or of any judicial decision passed by the courts of the Bolivarian Republic of Venezuela are subject to the compliance with the following procedures/requirements: [TO BE INFORMED].

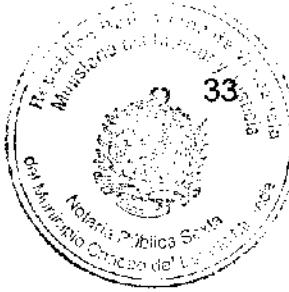
This opinion is limited to the laws applicable in the Bolivarian Republic of Venezuela. This opinion is issued to and for use solely by BNDES. This opinion is not to be used, divulged, mentioned or otherwise referred to for any other purpose.

Yours truly,

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011



J



## APPENDIX IV

### **STATEMENT BY THE FINANCIAL INSTITUTION AUTHORIZED BY THE CENTRAL BANK OF VENEZUELA TO OPERATE UNDER THE CCR**

BANCO CENTRAL DO BRASIL

[Address]

Departaments: DERIN/DIREC

Brasília - Distrito Federal - Brasil

fax: 0055(61) 414.1864

Telefone: 0055(61) 414.1930

c/c ao

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Área de Comércio Exterior

Att.: Chefe de Departamento – DECEX5

Av. República do Chile, No. 100 - 18º andar

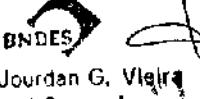
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brazil.

Caracas, \_\_\_\_\_,

Dear Sirs,

1. We refer to the LOAN AGREEMENT THROUGH THE OPENING OF CREDIT N° 04.2.221.8.1 entered into between Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), the Bolivarian Republic of Venezuela (the “REPUBLIC”), represented by its Minister of Finance and Construtora Norberto Odebrecht S. A. (the “EXPORTER”) on [ ] (“the LOAN AGREEMENT”), in which BNDES agrees to finance, through the discount of credit instruments, an amount corresponding to up to one hundred percent (100%) of the exports of Brazilian goods and services to be used in the implementation of the project for the implantation of the project for the extension of Line 3 of the Caracas subway, through the construction of the *El Valle – La Rinconada* Stretch (the “Project”). The defined terms used in this statement shall have the same meaning given to them in the LOAN AGREEMENT.



Beatriz Jourdan G. Vieira  
Legal Counsel



2. As set forth in Clause Twelve of the LOAN AGREEMENT, we hereby confirm that the Central Bank of Venezuela has authorised the payment, on their pertinent due dates, of the promissory notes issued pursuant to the LOAN AGREEMENT regarding the payment of principal and interest resulting from the export of Brazilian goods and services for the Project, under the Reciprocal Agreement of Payments and Loans (CCR) of the Latin American Integration Association (ALADI), signed by the Central Bank of Brazil and the Central Bank of Venezuela, among others.

3. We inform that the Central Bank of Venezuela furthermore agrees, regarding to Section 26.1 of Clause Twenty-Six of the LOAN AGREEMENT, to the commitment assumed by the Bolivarian Republic of Venezuela, through its Ministry of Finance, not to request, at any moment, the rescheduling of the obligations undertaken towards BNDES and/or the Federative Republic of Brazil, including the LOAN AGREEMENT, and that this will not affect the norms of the Reciprocal Agreement of Payments and Loans (CCR) of the Latin American Integration Association (ALADI).

4. We inform that the Central Bank of Venezuela agrees that the payments due to BNDES as a result of the discount of the Promissory Notes and pursuant to the LOAN AGREEMENT be effected pursuant to the repayment code entered in the promissory notes in accordance with Clause Nineteen of the LOAN AGREEMENT.

5. We therefore inform that the reference number for the repayment of said instruments, obtained with the Central Bank of Venezuela, is: \_\_\_\_\_

Yours faithfully,

Financial Institution Authorized by the Central Bank of Venezuela to operate under the CCR

Name:  
Title:

Witnesses:

1.

Name:  
Title:

2.

Name:  
Title:



## APPENDIX V

### PROMISSORY NOTE

[Date and Place of Issue]

US\$ [Amount]

On [Maturity Date] for value received I/we [Importer] promise to pay against this only set of promissory note to the order of [Exporter] the sum of [Amount] Dollars of the United States of America and [Amount] cents, effective payment to be made in Dollars of the United States of America only, without deduction for and free of any taxes, impost, levies or duties present or future of any nature under the laws of [City and Country of the Importer] or any political subdivision thereof or therein.

This promissory note is payable at [City and Country of the Importer]

[Signature of the Importer]

[Name and Address of the Importer]

**Per aval**

[Signature of the Bank responsible for the Aval]

---

(OVERLEAF)

Repayable under the Reciprocal Agreement of Payments and Loans (CCR) of the Latin American Integration Association (ALADI), Repayment Code n.<sup>o</sup> .....

This promissory note results from the Brazilian export of Brazilian goods and services ("Goods and Services") for the implantation of the project for the extention of line 3 of the Caracas subway, pursuant to the LOAN AGREEMENT entered into between BNDES, the Bolivarian Republic of Venezuela and CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., dated ....., 2005.

EXPORTING Country: Federative Republic of Brazil.

IMPORTING Country: Bolivarian Republic of Venezuela.

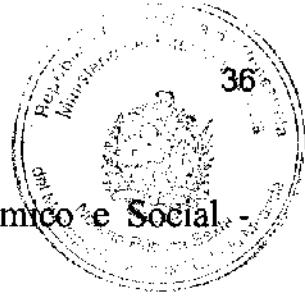
Shipment Date:

Amount: US\$ .....

Date of Aval:

BNDES  
Beatriz Jourdan G. Vieira  
Legal Counsel

BNDES



Pay to the order of Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, without recourse.

On [Date]  
[Signature of the Exporter]  
[Name of the Exporter]

BNDES  
Beatriz Jourdan G. Vieira  
Legal Counsel

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011



REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. NOTARIA PUBLICA SEXTA DEL MUNICIPIO CHACAO DEL ESTADO MIRANDA. Dra. ALICIA COROMOTO VALDEZ VILLALBA. Notario Titular. Caracas, Nueve (09) de Mes Dos Mil Cinco. (2005) 194° y 146°. Este es el ANEXO a que hace referencia el Documento redactado por el Abogado: MARIA DEL CARMEN MOSQUERA, inscrito en el Inpreabogado bajo el No. 77486, el cual fue presentado para su Autenticación y devolución y firmado sólo por lo que respecta a: NELSON J. MERENTES D., quedando anotado bajo el No. 31, Tomo 26, de los Libros de Autenticaciones llevados por esta Notaría.

EL NOTARIO PUBLICO

  
Dra. ALICIA VALDEZ

NOTARIO PUBLICO SEXTO DEL MUNICIPIO  
CHACAO DEL ESTADO MIRANDA

  
EL OTORGANTE

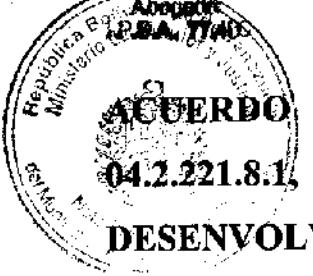
**EMBAIXADA DO BRASIL EM CARACAS - SERVIÇO CONSULAR**

"Reconheço verdadeira, por semelhança, a assinatura neste (ou no anexo) documento, de (74 páginas) Dra. Alicia Valdez,  
Notário Público do Município Chacao, Estado  
Miranda, Venezuela.

Em Caracas, em 15 / 03 / 2005. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar, com o selo deste Serviço Consular. Dispensada a legalização da assinatura consular de acordo com o artigo 2º, do Decreto 84.451, de 31.1.80." Pagou \_\_\_\_\_, ou R\$ \_\_\_\_\_ Tabela 930(a), Câmbio \_\_\_\_\_.

  
Eliana S. Cavalcante  
Vice-Cônsul





MORADA: PUEBLO SANTA DEL  
MUNICIPIO CHACAO, EDO. MIRANDA  
PABILLON: 37354

FECHA DE IMPRESA: 25-02-2005

DEPARTAMENTO: JUS

CHORGAMIENTO PARA EL DIA: 28-02-05

**ACUERDO DE PRESTAMO A TRAVES DEL CREDITO N°  
04.2.221.8.1, ENTRE EL BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES, LA  
REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA Y LA  
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A. COMO SIGUE:**

Por este instrumento privado ("ACUERDO DE PRESTAMO") celebrado entre el BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, una compañía federal, propiedad del estado, con su sede principal localizada en Brasilia (Distrito Federal) y una oficina de servicios localizada en la ciudad de Río de Janeiro, Estado de Río de Janeiro, en la Avenida República de Chile, No. 100, República Federativa del Brasil, ("BRASIL") registrada en el Registro Nacional de Entidades Legales ("CNPJ") bajo el número 33.657.248/0001-89 (en lo adelante referido a como el "BNDES"), por sus abajo firmantes representantes; la REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (la "REPUBLICA"), representada por y a través de su Ministerio de Finanzas, localizado en la Avenida Urdaneta, Esquina Carmelitas, Caracas, Venezuela, representada por el Ministro dc Finanzas, debidamente designado en conformidad con el Decreto No. 3.296 publicado en la Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela No. 38.081 del 7 de diciembre de 2.004 y CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., una compañía accionaria, debidamente registrada y constituida legalmente en conformidad con las leyes de la República Federativa del Brasil, con su oficina principal en Praia de Botafogo, 300, piso 11, en la ciudad de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, registrada en el Registro Nacional de Entidades Legales ("CNPJ/MF") bajo el



3

número 15.102.288/0001-82 (el "EXPORTADOR"), a través de sus representantes legales abajo firmantes.

**CONSIDERANDO:**

(A) La Compañía Anónima Metro de Caracas, una compañía debidamente constituida bajo las leyes de la República Bolivariana de Venezuela, con oficinas en Caracas, Venezuela, en el Multicentro Empresarial del Este localizada en el Conjunto Miranda, Torre B, Piso 5, Chacao (en lo adelante referida a como "el IMPORTADOR") y el EXPORTADOR celebraron el 23 de septiembre de 2.002 el ACUERDO COMERCIAL MC-3211 (el "ACUERDO COMERCIAL") para la implantación del proyecto para la extensión de la Línea 3 del subterráneo de Caracas, a través de la construcción del Tramo El Valle – La Rinconada, formado por las Secciones VRZ01, VRZ02 y VRZ03 (el "Proyecto"), bajo el cual comprará al EXPORTADOR los bienes y servicios brasileros descritos en el "ACUERDO COMERCIAL" a ser exportados desde Brasil ("Bienes y Servicios").

(B) La REPUBLICA asume en este acto irrevocable e irreversiblemente las obligaciones de pago con las cuales el IMPORTADOR está comprometido en conformidad con la exportación de bienes y servicios en conformidad con el "ACUERDO COMERCIAL".

(C) El monto contemplado por este ACUERDO DE PRESTAMO está incluido en la Ley Especial de Endeudamiento Anual para el Ejercicio Fiscal



2.003, publicada en la Gaceta Oficial N° 5617, fechada el 19 de diciembre de 2.002; y

(D) El BNDES y LA REPUBLICA han ejecutado un Acuerdo Principal (“Acuerdo Principal”) el 26 de agosto de 2.003, estableciendo las condiciones para un posible apoyo del BNDES a la exportación de ciertos bienes y servicios brasileros a la REPUBLICA, mediante el otorgamiento de ciertas facilidades financieras hasta un límite de mil millones de Dólares de los Estados Unidos (EE.UU.\$ 1.000.000.000,00), de manera de promover la integración económica entre la República Federativa del Brasil y la República Bolivariana de Venezuela.

Las partes arriba mencionadas (las “Partes”) han acordado celebrar este ACUERDO DE PRESTAMO a ser regido por las siguientes Cláusulas:

### **CLAUSULA UNO – NATURALEZA, MONTO Y OBJETIVO DEL ACUERDO DE PRESTAMO.**

1.1.- Mediante este ACUERDO DE PRESTAMO, El BNDES otorga a la REPUBLICA un crédito por un monto total de hasta setenta y ocho millones de Dólares de los Estados Unidos EE.UU.\$ 78.000.000,00) (setenta y ocho millones de dólares de los Estados Unidos) (el “Crédito”), cuyo repago del principal y el interés será efectuado en conformidad con el Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos de la Asociación Latino Americana de Integración - ALADI, suscrito por el Banco Central de Brasil y el Banco Central de



Venezuela, entre otras instituciones (Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos) (“CCR”).

1.2 - El CREDITO será exclusivamente destinado al financiamiento, a través del descuento de instrumentos de crédito debidamente registrados ante el Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”) de hasta el cien por ciento (100%) de las exportaciones de bienes y servicios brasileros a ser usados en la implementación del proyecto, en conformidad con los términos y condiciones del ACUERDO COMERCIAL.

## **CLAUSULA DOS—PERIODO DE UTILIZACION, PROCEDIMIENTOS Y DISPONIBILIDAD DEL CREDITO.**

2.1.- El Crédito será puesto a disposición en conformidad con el cronograma de desembolso establecido en el Proyecto, al cumplir con las Condiciones Precedentes establecidas en la Cláusula Cuatro y en conformidad con los términos y condiciones del ACUERDO COMERCIAL.

2.2. - El Crédito estará disponible dentro de los cuarenta y dos (42) meses desde la Fecha Efectiva del ACUERDO DE PRESTAMO en conformidad con la Cláusula Veintiuna.

2.3. - Después de la expiración del periodo mencionado en el artículo 2.2 de esta Cláusula, ni la REPUBLICA tendrá derecho a solicitar ningún desembolso, ni el BNDES tendrá ninguna otra obligación de efectuar ningún desembolsar a la REPUBLICA bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.



2.4. - El Crédito está fijado en Dólares de los Estados Unidos y todos los pagos bajo este ACUERDO DE PRESTAMO serán efectuados, en esta moneda, por la REPUBLICA en las fechas programadas.

2.5. - El Crédito será desembolsado a la REPUBLICA y será puesto a disposición directamente al EXPORTADOR, a través del descuento de los pagarés mencionado en la Cláusula Diecinueve, en Brasil, en moneda brasilera, a nombre de la REPUBLICA, usando la tasa de cambio para las transacciones de compra de Dólares Americanos bajo PTAX-800, Opción 5, tal como está publicada en SISBACEN - Sistema de Información del Banco Central del Brasil, o cualquier tasa sustitutiva en ese, a la sola discreción del BNDES, relacionada con el día de negocios inmediatamente precedente en Río de Janeiro, Brasil (en lo adelante referido a como "Día de Negocios"), al día de esa liberación y válida para esa fecha, en conformidad con la correspondiente autorización de desembolso bajo la forma del Documento II ("Autorización de Desembolso").

2.6. - BNDES puede a su sola discreción, previo aviso por escrito a la REPUBLICA, cancelar el Crédito, en el caso que las condiciones precedentes establecidas en la Cláusula Cuatro, no hayan sido cumplidas dentro de los doce (12) meses, desde la Fecha Efectiva del ACUERDO DE PRESTAMO.

### **CLAUSULA TRES – REPRESENTACIONES Y GARANTIAS.**

3.1 - La REPUBLICA representa que todas las obligaciones asumidas por la REPUBLICA bajo este ACUERDO DE PRESTAMO serán consideradas





como legales, válidas y vinculantes a la REPUBLICA. Aún más la REPUBLICA representa y garantiza que:

- (a) La firma y cumplimiento de las obligaciones bajo este ACUERDO DE PRESTAMO por la REPUBLICA, no está (i) en conflicto con o resultará en un rompimiento o violación de cualquier acuerdo, obligación, tratado u otro instrumento del cual la REPUBLICA es parte o bajo el cual está bajo la obligación o que pueda originar cualquier gravamen sobre sus activos (ii) en conflicto con o resultar en un rompimiento o violación de cualquier ley, decreto, provisión constitucional, regulación u otros requerimientos legales en conformidad con las leyes de la República Bolivariana de Venezuela; tampoco (iii) resultar en, o requerir la creación de cualquier obligación sobre activos presentes o futuros ingresos de la REPUBLICA.
- (b) El representante de la REPUBLICA que firma este ACUERDO DE PRESTAMO está debidamente autorizado para firmarlo a nombre de la REPUBLICA.
- (c) Todos los consentimientos, aprobaciones y documentos que sean necesarias para la legalidad, validez, ejecución o admisibilidad, de este ACUERDO DE PRESTAMO en la República Bolivariana de Venezuela y requeridos por las leyes venezolanas han sido debidamente obtenidas.



- (d) En conformidad con las leyes de la República Bolivariana de Venezuela en vigencia a la fecha de este, a la REPUBLICA no le será requerido que retenga o deduzca con relación a ningún pago que haga, bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (e) En conformidad con las leyes de la República Bolivariana de Venezuela en efecto a la fecha en este, los pagos por la REPUBLICA bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, estarán a un mismo nivel en prioridad de pago con todas las otras Emisiones Públicas de Deuda Externa de la REPUBLICA y todos los otros acuerdos firmados con sus acreedores externos, incluyendo Prestamos y financiamiento obtenidos con agencias de crédito multilaterales. “Emisiones Públicas de Deuda Externa” significa la deuda pública externa de la REPUBLICA emitida en oferta pública de colocación privada de garantías u otros instrumentos del tipo ofertado en los mercados capitales, incluyendo sin limitación, cualquier bono, pagarés a tasa flotante, papeles comerciales, certificados de depósito, obligaciones u otra evidencia de endeudamiento.
- (f) La escogencia de la ley de la República de Brasil como la ley que rige e interpreta este ACUERDO DE PRESTAMO será válida en conformidad con las leyes de la República Bolivariana de Venezuela y será reconocida y ejecutada por las autoridades judiciales venezolanas y las sentencias emitidas por las autoridades judiciales brasileras serán reconocidas y ejecutadas





por las cortes venezolanas, sin consideración de los méritos, previendo que los actos en cuanto a consentimientos de exequáтур en la República Bolivariana de Venezuela sean observados.

- (g) La REPUBLICA por este medio renuncia a cualquier derecho que pueda tener para reclamar inmunidad contra cualquier demanda, ejecución u otra medida legal que sea el resultado de la iniciativa del BNDES en los tribunales de la República Bolivariana de Venezuela, basado en la soberanía, o en cualquier otro argumento en la medida permitida por la ley aplicable.
- (h) En conformidad con las leyes vigentes de la República Bolivariana de Venezuela, no es necesario que el BNDES obtenga una licencia o permiso, esté calificado o de otra manera autorizado para emprender actividades comerciales en la República Bolivariana de Venezuela, para la validez y ejecución de este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (i) BNDES no será considerado residente ni domiciliado en la República Bolivariana de Venezuela, por razón de la ejecución, entrega y cumplimiento de este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (j) Ningún incumplimiento o caso de incumplimiento ha ocurrido y continua ocurriendo bajo cualquier acuerdo celebrado por la REPUBLICA y el BNDES y/o las subsidiarias de su total propiedad, la Agencia Especial de Financiamiento Industrial –

FINAME- y BNDES Participaciones S.A. – BNDESPAR, del cual la REPUBLICA es parte o que sea vinculante a la REPUBLICA.

- (l) No existe ningún gravamen o garantía de interés en o sobre ningún ingreso o propiedad de la REPUBLICA para garantizar cualquier endeudamiento externo de la REPUBLICA.
- (m) La REPUBLICA no está en incumplimiento bajo ningunos acuerdos de endeudamiento externo.
- (n) Todas las representaciones y garantías efectuadas en este ACUERDO DE PRESTAMO son verdaderas y completas, y la REPUBLICA reconoce que no hay ningunos hechos o circunstancias materiales, que no han sido reveladas a BNDES con relación a este ACUERDO DE PRESTAMO y que si se conociesen, pudiesen afectar material y negativamente la decisión de BNDES de otorgar el Crédito y la capacidad de la REPUBLICA de cumplir sus obligaciones derivadas de este ACUERDO DE PRESTAMO.

3.2. - Las anteriores representaciones y garantías referidas a, en las Secciones 3.1 de esta Cláusula son representaciones y garantías continuadas y serán consideradas como repetidas por la REPUBLICA en y en cuanto a la fecha de cada desembolso y/o en y en cuanto a cada fecha de pago bajo este



ACUERDO DE PRESTAMO en cada caso en referencia a los hechos entonces existentes.

#### **CLAUSULA CUATRO – CONDICIONES PRECEDENTES PARA LA UTILIZACION DEL CREDITO.**

4.1 - El Crédito estará solo disponible a la REPUBLICA al cumplirse todas las condiciones establecidas en las Secciones 4.2, 4.3 y 4.4 de esta Cláusula, sean totalmente cumplidas.

4.2. - Para el primer desembolso del Crédito, además de las condiciones y con las condiciones establecidas en la Sección 4.3 y 4.4 de esta Cláusula, los siguientes documentos serán entregados, de una forma satisfactoria para el BNDES:

- (a) Tres originales del ACUERDO DE PRESTAMO debidamente firmado por las Partes en este, siendo cada versión escrita en los idiomas portugués, inglés y español, respectivamente y debidamente registrados ante las autoridades venezolanas competentes, notariados y certificados por un oficial consular brasileño en la República Bolivariana de Venezuela
- (b) Una copia certificada de cada ACUERDO COMERCIAL conjuntamente con todos los otros acuerdos necesarios, si ese fuese el caso, todos ellos debidamente firmados por las partes relevantes.



- (c) Copia del Registro de la Operación de Crédito – RC, (Registro de Operación de Crédito) a ser obtenida por el EXPORTADOR, a través de SISCOMEX, e indicando a la REPUBLICA como el deudor/prestatario y a BNDES como el acreedor/prestamista y evidenciando los términos financieros y las condiciones establecidas en este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (d) Copia de (i) un documento que evidencie la inclusión del Crédito en la *Ley Especial de Endeudamiento Anual*, en conformidad con el artículo 80 de la *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público*; (ii) la autorización de la *Comisión Permanente de Finanzas de la Asamblea Nacional*, en conformidad con el artículo 80 de la *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público*; (iii) la opinión del Banco Central en conformidad con el artículo 86 de la *Ley Orgánica de Administración Financiera del Sector Público*; (iv) autorización del *Consejo de Ministros* en conformidad con los artículos 50, 55, 168 y 169 de la *Ley Orgánica de Administración Pública* y el artículo 242 de la Constitución Nacional y (v) la opinión legal de la *Procuraduría General de la República* en conformidad con el artículo 247 de la *Constitución Nacional* y el artículo 11 de la *Ley Orgánica de la Procuraduría General de la República* y cualesquiera otras autorizaciones requeridas bajo las leyes venezolanas para la ejecución, entrega y cumplimiento de este ACUERDO DE PRESTAMO, del ACUERDO COMERCIAL y otros acuerdos necesarios, incluyendo los

23

requerimientos efectuados por la legislación venezolana pertinentes a los asuntos ambientales, si alguno; todo debidamente registrado por las autoridades venezolanas competentes y certificado por un funcionario consular brasileño en la República Bolivariana de Venezuela.

- (e) Los pagarés mencionados en la Cláusula Diecinueve debidamente firmados por la REPUBLICA y debidamente registrados por el Banco Central de Venezuela ante el Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”), bajo la forma del Documento V de este ACUERDO DE PRESTAMO, debidamente endosado al BNDES.
- (f) Un informe emitido por una institución financiera autorizada por el Banco Central de Venezuela para operar a través de Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”) bajo la forma del Documento IV, donde esa institución informa la aprobación del Banco Central de Venezuela para los pagos de todos los pagarés emitidos por la REPUBLICA a través de Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”), con respecto a este ACUERDO DE PRESTAMO y en conformidad con sus términos.
- (g) Una copia de la opinión emitida por el Procurador General de la REPUBLICA, en conformidad con los requerimientos legales de Venezuela, notariada y certificada por un oficial consular brasileño en la República Bolivariana de Venezuela



25

- (h) Una (i) opinión legal emitida bajo la forma del Documento III por el Consultor Jurídico del Ministerio de Finanzas de la República Bolivariana de Venezuela / Director Legal de la Oficina de Crédito Público y (ii) una opinión legal debidamente emitida por un asesor legal independiente designado por la REPUBLICA de una manera satisfactoria para el BNDES, ambas debidamente notariadas y certificadas por un oficial consular brasileño en la República Bolivariana de Venezuela de manera de certificar, entre otra información que el BNDES pueda considerar necesaria:

h.1) La capacidad legal de la REPUBLICA para celebrar el ACUERDO DE PRESTAMO.

h.2) Que todas las autorizaciones legales y normativas requeridas para la firma y la formalización del ACUERDO DE PRESTAMO, incluyendo lo que concierne a la representación, han sido emitidas u obtenidas.

h.3) Que las obligaciones asumidas por la REPUBLICA son legales, válidas, ejecutables y vinculantes a y no están en conflicto con la Constitución o con cualquier ley o regulación vigente en la República Bolivariana de Venezuela.

- (i) La evidencia del pago por la REPUBLICA de la Comisión de Administración, en conformidad con la Cláusula Ocho.
- (j) La evidencia del pago por la REPUBLICA de la primera cuota de la Comisión de Compromiso, en conformidad con la Cláusula Nueve.
- (l) La evidencia del pago de los gastos mencionados en la Cláusula Diez.
- (m) Un certificado de garantía de seguro al crédito a la exportación, emitido a satisfacción del BNDES, en conformidad con la Sección 18.1 de la Cláusula Dieciocho.
- (n) La evidencia del pago de la prima de seguro al crédito mencionada en el artículo 18.2 de la Cláusula Dieciocho.
- (o) Copia certificada del acuerdo celebrado entre el EXPORTADOR y la compañía independiente de auditoria que emitirá opinión sobre el informe mencionado en el artículo 20.1 de la Cláusula Veinte.
- (p) Todos los documentos y autorizaciones emitidas a satisfacción del BNDES por las agencias estatutarias y gubernamentales y necesarias para la legalidad, validez, efecto vinculante y ejecutabilidad del ACUERDO DE PRESTAMO.



- (q) Copia certificada del documento que prueba que los signatarios del ACUERDO DE PRESTAMO están autorizados para firmar a nombre de la REPUBLICA y del EXPORTADOR, así como también el certificado del modelo de firma pertinente, debidamente notariado y legalizado por un oficial consular brasileros en la República Bolivariana de Venezuela
- (r) Copia certificada del registro de procedimientos de las reuniones de la Junta Directiva del EXPORTADOR, en conformidad con las formalidades legales, en la cual está autorizada a entrar en este instrumento a los fines de establecidos en la Cláusula Veinte de este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (s) Un cronograma físico y financiero actualizado del proyecto, firmado por el EXPORTADOR y el IMPORTADOR.
- (t) La evidencia de la existencia de una provisión presupuestaria para la correspondiente asignación de fondos de la Tesorería Venezolana en el PROYECTO, durante el año 2.005.
- (u) Copia certificada de los acuerdos financieros celebrados entre: (i) la REPUBLICA, el IMPORTADOR y la Société Générale, destinado a los adelantos de pagos efectuados a favor del EXPORTADOR y (ii) el EXPORTADOR y el Industrie Bank (“IKB”) para el financiamiento de equipos externos y

- 31
- (v) El documento probando la existencia de un límite establecido por el Banco Central de Venezuela, para los procedimientos, bajo el Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”) de la presente operación, en conformidad con el Acuerdo Principal firmado el 26 de agosto de 2.003.

4.3. - Para todos los desembolsos del Crédito, incluyendo el primero de los siguientes documentos deberán ser entregados al BNDES:

- (a) Las Autorizaciones de Desembolso emitidas por la REPUBLICA, de manera secuencial, substancialmente en la forma del Documento II, conjuntamente con todos los documentos requeridos por el ACUERDO COMERCIAL.
- (b) La evidencia que los signatarios de las Autorizaciones de Desembolso están debidamente autorizados para firmar los documentos a nombre de la REPUBLICA y una copia del certificado de modelo de firma, todo debidamente notariado y certificado por un oficial del consulado del Brasil en la República Bolivariana de Venezuela.
- (c) Una copia del Registro de la Operación de Crédito – RE, pertinente en pantalla (Registro de Exportación) en relación con cada embarque a ser obtenido por el EXPORTADOR, a través de SISCOMEX, previendo si ese fuese el caso, la autorización de la exportación de los bienes y servicios destinados al Proyecto y

relacionados con el Registro de la Operación de Crédito referidos a en la Sección 4.2 (c) de esta Cláusula Cuatro.

- (d) El registro de todos los embarques de bienes a ser financiado en virtud de este ACUERDO DE PRESTAMO, debidamente certificado por el Servicio de Renta Interna del Brasil y haciendo referencia a sus facturas comerciales pertinentes a ser obtenidas por el EXPORTADOR.
- (e) Todas las facturas comerciales emitidas por el EXPORTADOR, para cada desembolso, con los términos "ACORDADO" insertados por el IMPORTADOR, dando evidencia del valor de los bienes y servicios exportados y las copias del conocimiento de embarque, si fuese ese el caso y cualesquiera otros documentos que puedan ser requeridos por las normas operacionales del BNDES y por las leyes vigentes, de manera de evidenciar la exportación de los Bienes y servicios relacionados.
- (f) Informe de seguimiento mencionado en la Sección 20.1 de la Cláusula Veinte, conjuntamente con la opinión emitida por la compañía de Auditoria referida a en la Sección 4.2 (o) de la Cláusula Cuatro.
- (g) La evidencia del pago de la prima de seguro a la compañía de seguro del crédito a la exportación mencionada en la Sección 18.2 de la Cláusula Dieciocho.



- (h) Los pagarés emitidos por la REPUBLICA debidamente registrados para la transacción bajo el Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”), con todas las formalidades cumplidas con para el repago bajo el Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”), en conformidad con la Cláusula Diecinueve de este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (i) Copia certificada de la autorización dada a los signatarios de los pagarés, mencionados en la Sección 4.3 (g) de la Cláusula Cuatro y el certificado del modelo de firma pertinente, debidamente notariado y legalizado por un oficial consular brasileño en la República Bolivariana de Venezuela
- (j) La evidencia del pago por la REPUBLICA de la Comisión de Compromiso, en conformidad con los términos de la Cláusula Nueve.
- (l) La evidencia del pago de los gastos en conformidad con la Cláusula Diez.
- (m) La evidencia de la existencia de una provisión presupuestaria por la REPUBLICA con relación a la asignación pertinente de los fondos de la Tesorería Venezolana al Proyecto, considerando cada año de la ejecución del Proyecto, a ser anualmente presentado por el BNDES hasta el 1ero de marzo del año pertinente durante el período de disponibilidad; y

- (n) Cualquier otra autorización o documento que el BNDES pueda considerar necesario.

4.4 Además de las condiciones enumeradas arriba, los desembolsos del BNDES también estarán condicionados a lo siguiente:

- (a) Ningún caso de incumplimiento de ninguna naturaleza en ningún acuerdo celebrado por la REPUBLICA o el EXPORTADOR con BNDES y/o las subsidiarias de su total propiedad, la Agencia Especial de Financiamiento Industrial – FINAME- y BNDES Participaciones S.A. – BNDESPAR.
- (b) Ningún evento de un hecho económico o financiero que pueda afectar, a la sola discreción del BNDES, el cumplimiento de las obligaciones asumidas por la REPUBLICA bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (c) La no existencia de ningún evento, especialmente de naturaleza económica o financiera, que a la sola discreción del BNDES, pueda interferir en el llevar a cabo las obligaciones asumidas por la REPUBLICA en conformidad con este ACUERDO DE PRESTAMO, y
- (d) Entrega de cualesquiera otros documentos requeridos por las normas operacionales del BNDES y por las leyes aplicables brasileras.



## **CLAUSULA CINCO – CONTENIDO BRASILERO.**

5.1 Solo los bienes y servicios con una tasa mínima de contenido brasileño del sesenta por ciento (60%) serán considerados como elegibles para ser financiados por BNDES bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.

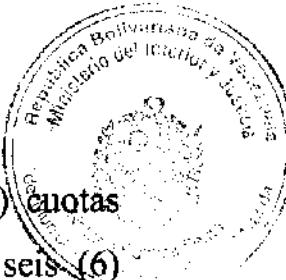
## **CLAUSULA SEIS - REPAGO.**

6.1.- El monto principal adeudado bajo este ACUERDO DE PRESTAMO deberá ser repagado en dólares de los Estados Unidos en once (11) cuotas semestrales iguales y consecutivas, venciendo la primera de ellas y siendo pagadera en el mes cuarenta y dos (42) después de la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO..

## **CLAUSULA SIETE - INTERES.**

7.1 - La tasa de interés aplicable al Crédito estará basado en el mes sesenta de la Tasa Ofertada Interbancaria de Londres ("LIBOR") publicada por el Banco Central de Brasil bajo SISBACEN-PTAX, transacción 800, opción 9, válida en la fecha en este y fijada para todo el período de financiamiento, más un margen del dos por ciento anual (2% anual).

7.2 - El interés será calculado *pro rata tempore* desde la Fecha Programada de Desembolso, como está definido en la Sección 19.3.1 de la Cláusula Diecinueve de este ACUERDO DE PRESTAMO, calculada en base al a un año de 360 (trescientos sesenta días).



7.3 - El interés será pagado por la REPUBLICA en diecisiete (17) cuotas semestrales consecutivas, con vencimiento la primera y pagadera seis (6) meses después de la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno.

### **CLAUSULA OCHO – COMISION DE ADMINISTRACION.**

8.1 La REPUBLICA deberá pagar al BNDES una comisión de administración (la “Comisión de Administración”) por un monto equivalente al uno por ciento (1,0%) fija sobre el monto total del Crédito, hasta (i) treinta (30) días desde la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno o (ii) la fecha del primer desembolso, lo que ocurra primero.

### **CLAUSULA NUEVE – COMISION DE COMPROMISO.**

9.1- Como una condición para el desembolso del crédito, la REPUBLICA deberá pagar al BNDES, una Comisión de Compromiso, por un monto equivalente a cero punto cinco por ciento anual (0,5% p.a.) en conformidad con la siguiente forma de cálculo y pago:

- (a) El primer (1er) pago será efectuado dentro de los treinta (30) días después de la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno o hasta la fecha del primer desembolso, lo que ocurra primero en un monto equivalente a la aplicación del cero punto cinco por ciento (0,5% ) sobre el total del Crédito.



- (b) El segundo (2do.) pago será efectuado en el último día del treceavo (13avo.) mes desde la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno, sujeto a las provisiones de la Cláusula Trece de este ACUERDO DE PRESTAMO, por un monto equivalente a la aplicación del cero punto cinco por ciento (0,5%) sobre el monto no utilizado del crédito en el último día del doceavo (12avo.) mes, desde la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno.
- (c) El tercer (3er.) pago será efectuado en el último día del veinticincoavo (25avo.) mes desde la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno, sujeto a las provisiones de la Cláusula Trece de este ACUERDO DE PRESTAMO, por un monto equivalente a la aplicación del cero punto cinco por ciento (0,5%) sobre el monto no utilizado del Crédito, en el último día del veinticuatroavo (24avo.) mes, desde la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno.
- (d) El cuarto (4to.) pago será efectuado en el último día del treinta y sieteavo (37avo.) mes desde la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno, sujeto a las provisiones de la Cláusula Trece de este ACUERDO DE PRESTAMO, por un monto equivalente a la aplicación del cero punto veinticinco por ciento (0,25%) sobre el



43  
Fotocopia  
de acuerdo  
a lo establecido  
en el contrato  
y en la cláusula  
trece de este  
acuerdo de  
prestamo



45



monto no utilizado del crédito, en el último día del treintiseisavo (36avo.) mes, desde la Fecha Efectiva de este ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno.

### **CLAUSULA DIEZ – GASTOS.**

10.1 La REPUBLICA deberá repagar al BNDES dentro de los cinco (5) días de negocios, desde que mediante notificación por escrito del BNDES se le factura, por todos los gastos evidenciados incurridos por el BNDES con relación a:

- a) la negociación, preparación, entrada en y registro de este ACUERDO DE PRESTAMO,
- b) Los derechos legales y los gastos administrativos o judiciales derivados al dar efectividad a cualquier monto bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.

10.2 Los gastos establecidos en la Sección 10.1 (a) de esta Cláusula están limitados a EE.UU. \$ 15.000 (quince mil dólares de los Estados Unidos).

### **CLAUSULA ONCE – COSTOS DE INDEMNIZACION.**

11.1 Si la REPUBLICA falla en el cumplimiento de cualesquiera obligaciones de pago establecidas bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, la REPUBLICA deberá pagar al BNDES cualquier monto necesario para compensar al BNDES por las pérdidas y costos incurridos por BNDES, en razón del prepago, pagos tardios o aceleración de la deuda incurrida por la





REPUBLICA, no obstante las provisiones establecidas en la Cláusula Catorce y Quince de este Acuerdo de Préstamo.

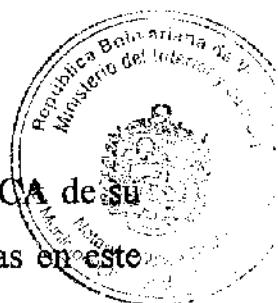
#### **CLAUSULA DOCE – FORMA Y LUGAR DEL PAGO.**

12.1. - Los pagos del principal y el interés adeudados a BNDES, bajo este ACUERDO DE PRESTAMO serán efectuados en Dólares de los Estados Unidos a solicitud de reembolso al Banco Central del Brasil, a través del Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”), siendo esa solicitud efectuada en las fechas de vencimiento del repago establecidas bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, a través de un *banco agente* a ser designado por el EXPORTADOR y aprobado por BNDES (“Banco Agente”).

12.2. - El BNDES puede directamente requerir a la REPUBLICA o a través del Agente Bancario, los pagos de los montos tales como comisiones de derechos, de administración, gastos, multas y tasas de incumplimiento en conformidad con los términos de este ACUERDO DE PRESTAMO y cualquier interés sobre pagos tardíos, incluyendo montos que resulten del no cumplimiento por la REPUBLICA o el EXPORTADOR de cualesquiera obligaciones asumidas bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.

12.3. - La recaudación establecida en la Sección 12.1 de esta Cláusula será efectuada mediante un aviso de pago emitido con anticipación por el BNDES o por el Agente Bancario, notificando a la REPUBLICA que salde esas obligaciones en sus fechas de vencimiento.





12.4 - El no recibir el aviso de pago, no exceptuará a la REPUBLICA de su obligación de pagar los montos adeudados en las fechas establecidas en este ACUERDO DE PRESTAMO.

12.5. - Cualquier comisión adeudada al Banco Agente será pagada por el EXPORTADOR.

### **CLAUSULA TRECE – VENCIMIENTO EN DIAS QUE NO SON DIAS DE NEGOCIOS.**

13.1 Cada vencimiento de una cuota del principal, el interés o cualquier otro pago a ser efectuado por la REPUBLICA a favor de BNDES que caiga en Sábado, Domingo o día festivo en Nueva York, Estados Unidos de América, deberá para todos los fines de este ACUERDO DE PRESTAMO, si ocurre en el mismo mes, ser demorado al primer día de negocios subsiguiente en la ciudad de Nueva York. Si este no cayese dentro del mismo mes, los pagos relacionados con ese vencimiento serán efectuados en el último día de negocios previo al día de negocios en la ciudad de Nueva York.

### **CLAUSULA CATORCE – CASOS DE INCUMPLIMIENTO.**

14.1 - Los siguientes eventos son en este definidos como casos de incumplimiento (“Caso de Incumplimiento”):

- (a) la REPUBLICA ha fallado en el pago de cualquier monto adeudado al BNDES, bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.





- (b) La REPUBLICA o el EXPORTADOR han fallado en el cumplimiento de cualesquiera obligaciones bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (c) Se ha efectuado un cambio en los términos y condiciones del ACUERDO COMERCIAL, sin el previo consentimiento de BNDES, de manera de causar un efecto material adverso en la capacidad de la REPUBLICA para cumplir con las obligaciones asumidas bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.
- (d) La suspensión, terminación o cancelación del ACUERDO COMERCIAL.
- (e) Cualquiera de las autorizaciones, licencias o documentos de cualquier tipo relacionadas con el ACUERDO DE PRESTAMO o el Proyecto, incluyendo los requerimientos efectuados por la legislación venezolana con relación a asuntos ambientales, han sido cancelados, suspendidos o revocados o no han sido obtenidos de manera que puedan tener un efecto material adverso en el proyecto bajo los términos y condiciones del ACUERDO COMERCIAL pertinente y en conformidad con la ley aplicable.
- (f) Cualquier informe o información proveída por la REPUBLICA, que sea esencial para la validez y ejecutabilidad de este ACUERDO DE PRESTAMO, o cualquier otro documento emitido por la REPUBLICA en relación con este ACUERDO DE PRESTAMO, ha sido comprobado





como falso, o intencionalmente incompleto o incorrecto cuando emitido.

(g) La evidencia que la REPUBLICA ha comenzado negociaciones o ha tomado cualquier otro paso, con miras a un suspensión, reprogramación u otro reajuste de todo o parte de su endeudamiento o ha propuesto o hace una cesión, arreglo o composición con o para el beneficio de los acreedores respectivos, que material y adversamente afecten su capacidad de cumplir con sus obligaciones bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.

(h) La evidencia que cualquiera de las representaciones y garantías referidas a, en la Cláusula Tres han probado ser incorrectas, inexactas o incompletas en y a la fecha de cada desembolso y/o en y a la fecha de cada fecha de pago bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.

(i) La REPUBLICA otorga cualquier garantía o privilegio a cualquiera de sus acreedores externos sin otorgar esa garantía o privilegio a BNDES, en conformidad con este ACUERDO DE PRESTAMO y

(j) Si ha ocurrido cualquier incumplimiento por la REPUBLICA o por el EXPORTADOR, bajo cualquier otro acuerdo firmado por BNDES y/o las subsidiarias de su total propiedad, la Agencia Especial de Financiamiento Industrial – FINAME - y BNDES Participaciones S.A. – BNDESPAR.

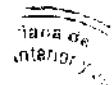


14.2 - Sin menoscabo de cualesquiera otras multas establecidas bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, el BNDES, inmediatamente interrumpirá los desembolsos en virtud de este ACUERDO DE PRESTAMO, a la ocurrencia de cualquier Caso de Incumplimiento enumerado en la Sección 14.1 de esta Cláusula, hasta que el Caso de Incumplimiento haya sido debidamente subsanado.

14.3 - Si un Caso de Incumplimiento establecido en la Sección 14.1 (a) de esta Cláusula ocurre, sin menoscabo de la tasa de interés referida a en la Cláusula Siete, la REPUBLICA deberá pagar al BNDES una tasa de mora equivalente a (i) la tasa de interés referida a en la Cláusula Siete más (ii) el dos por ciento anual (2% anual) vencerá y será pagadera desde la fecha de vencimiento de la cuota no pagada de la deuda hasta su verdadero pago

14.4 - Si cualquier Caso de Incumplimiento descrito en la Sección 14.1 (b), (c), (e), (f) (h) o (i) de esta Cláusula ocurre, la REPUBLICA deberá pagar al BNDES una multa equivalente a cero punto uno por ciento diaria (0,1% diario) sobre el monto pendiente del Crédito que resulte de este ACUERDO DE PRESTAMO que se adeuda desde la fecha en que ocurrió hasta que fue subsanado.

14.5 - Si un Caso de Incumplimiento descrito en la Sección 14.1 (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (i) o (j) de esta Cláusula ocurre y continua ocurriendo mas allá de los treinta (30) días de negocios desde que ocurrió, el BNDES podrá prontamente ejecutar todas las garantías dadas a favor de BNDES y declarar la aceleración del total de la deuda bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, sobre



lo cual todos los montos deberán ser inmediatamente pagados, independientemente de cualquier petición, protesto u otra forma de notificación.

14.6 - Si cualquiera de los Casos de Incumplimiento descritos en la Sección 14.1 (a), (d), (f), o (g) de esta Cláusula ocurre, el BNDES podrá prontamente ejecutar todas las garantías dadas a favor de BNDES y declarar la aceleración del total de la deuda bajo este ACUERDO DE PRESTAMO y bajo los otros acuerdos, sobre lo cual todos los montos deberán ser inmediatamente pagados, independientemente de cualquier petición, protesto u otra forma de notificación.

14.7- Sí al ocurrir un Caso de Incumplimiento, el BNDES puede considerar como acelerada el total de la deuda de cada acuerdo firmado entre la REPUBLICA y el BNDES y/o las subsidiarias de su total propiedad, la Agencia Especial de Financiamiento Industrial – FINAME- y el BNDES Participaciones S.A. – BNDESPAR, independientemente del sometimiento a otras sanciones acordadas, así como también cualquier exigencia o cualquier forma de notificación.

14.8 - Los gastos de administración eventualmente derivados de la aceleración de la deuda de este ACUERDO DE PRESTAMO, serán pagados por la REPUBLICA al BNDES, prontamente al serle exigido.



## **CLAUSULA QUINCE – PREPAGO.**

15.1. - La REPUBLICA puede prepagar el principal y el interés adeudado bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, en su totalidad o en parte, a solicitud por escrito a BNDES, con por lo menos noventa (90) días antes de la fecha en la cual ese pre pago será efectuado, sujeto al previo consentimiento por escrito aprobado por BNDES.

15.2 - Si la REPUBLICA efectúa un pre pago, la REPUBLICA deberá pagar a BNDES, conjuntamente con el monto pre pagado, cualesquiera costos de indemnización comprobados, incurridos en conformidad con la Cláusula Once.

15.3 - Además del pago de los costos de indemnización tal como están descritos en la Cláusula Once, el BNDES puede cargar gastos administrativos adicionales al procesamiento y facturación de cualesquiera pre pagos efectuados por la REPUBLICA bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.

15.4 - En el caso que la REPUBLICA pre pague cualquier parte del principal o del interés adeudado bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, esos pre pagos serán aplicados para cancelar la deuda en el orden inverso al cronograma de repago.

## **CLAUSULA DIECISEIS – IMPUESTOS Y DERECHOS.**

16.1 - No obstante las provisiones establecidas en la Sección 3.1 (d) de la Cláusula Tres, cualesquiera derechos, impuestos, derechos aduanales,





contribuciones, deducciones, comisiones u otros cargos similares presentes o futuros, que se deriven del pago del principal, el interés, las comisiones, los gastos o cualesquiera otros pagos adeudados bajo este ACUERDO DE PRESTAMO serán asumidos por la REPUBLICA.

16.2 - En el caso que cualquier provisión legal presente o futura cause retención o deducción de cualquier monto adeudado por la REPUBLICA bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, ese pago será incrementado en un monto suficiente para compensar totalmente al BNDES por cualquier deducción efectuada como resultado del pago de esos impuestos, derechos, deducciones, contribuciones, comisiones y cargos similares, de manera que el BNDES reciba el monto adeudado como si esos impuestos, derechos, derechos aduanales, deducciones, contribuciones, comisiones y cargos similares nunca hubiesen sido adeudados.

#### **CLAUSULA DIECISIETE – MULTA POR DEMANDA LEGAL.**

17.1 En el caso que el BNDES inicie los procedimientos legales a los fines de la recaudación de cualquier pago adeudado por la REPUBLICA bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, la REPUBLICA deberá indemnizar al BNDES por todos los costos incurridos en la recaudación de ese pago a través de procedimientos legales. La REPUBLICA también deberá reembolsar al BNDES cualquier gasto legal incurrido por el BNDES por cualquier decisión judicial o sentencia de una corte competente con relación a ese pago. Además de lo anterior, la REPUBLICA deberá pagar al BNDES una multa equivalente



al diez por ciento (10%) del entonces saldo pendiente que resulte de este ACUERDO DE PRESTAMO.

### **CLAUSULA DIECIOCHO – SEGURO.**

18.1 - Este financiamiento será asegurado contra riesgos políticos y extraordinarios por el periodo total de validez de este ACUERDO DE PRESTAMO, a través de la contratación de una póliza de seguro al crédito a la exportación, con fondos del Fondo de Garantía a la Exportación (“FGE”) a favor del BNDES, con una cobertura de hasta cien por ciento (100%) de la pérdida neta final, mediante un certificado de garantía al seguro de crédito a la exportación, de una manera satisfactoria al BNDES.

18.2 - El pago de la prima de seguro será efectuado antes de cada desembolso bajo este ACUERDO DE PRESTAMO por la REPUBLICA directamente al BNDES, quien transferirá esa prima a la compañía de seguro del crédito a la exportación.

### **CLAUSULA DIECINUEVE – PAGARES.**

19.1 - De manera de asegurar el pago del principal y el interés adeudado bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, antes de cada desembolso, la REPUBLICA deberá emitir algunos pagarés (los “Pagarés”) a nombre del EXPORTADOR y en cumplimiento de las normas del Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”), a satisfacción del BNDES y debidamente endosado al BNDES, en conformidad con las provisiones en esta Cláusula.

19.2. Por cada desembolso, los Pagarés deberán corresponder al total de cuotas para el repago del Crédito bajo este ACUERDO DE PRESTAMO y las cuotas pertinentes del interés adeudado, en conformidad con los términos establecidos en el ACUERDO DE PRESTAMO, así como también de sus respectivos pagarés.

19.3 El siguiente procedimiento será adoptado para la emisión de los Pagarés:

19.3.1. La REPUBLICA deberá enviar al BNDES un aviso de desembolso con por lo menos treinta (30) días de anterioridad a la fecha en que la REPUBLICA tiene la intención de que BNDES efectúe un desembolso al EXPORTADOR (“Fecha Programada de Desembolso”).

19.3.2. El BNDES evaluará la notificación enviada por la REPUBLICA y enviará su respuesta con la confirmación de la pretendida fecha del desembolso y de los montos del principal y el interés, que tendrán como su fecha inicial la Fecha Programada de Desembolso.

19.3.3. La REPUBLICA emitirá los Pagarés con los montos informados por BNDES y enviará al BNDES la pertinente Autorización de Desembolso en conformidad con las provisiones del Documento II de este ACUERDO DE PRESTAMO.

19.3.4. Los Pagarés que serán presentados al BNDES contendrán todos los requerimientos formales para su procesamiento regular bajo el



Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos ("CCR") así como también su respectivo registro con el Banco Central de Venezuela y el Brasil, con el cumplimiento de todos los requerimientos formales para el reembolso bajo el Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos ("CCR")

## **CLAUSULA VEINTE – OBLIGACIONES ESPECIALES DEL EXPORTADOR.**

20.1 El EXPORTADOR presentará al BNDES semestralmente desde el treintavo (30avo) día después de la Fecha Efectiva del ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno, un informe de seguimiento emitido a satisfacción del BNDES, describiendo los bienes usados y el servicio prestado al Proyecto en períodos de cada seis meses, desde la Fecha Efectiva del ACUERDO DE PRESTAMO, en conformidad con la Cláusula Veintiuno. El informe estará acompañado por una opinión emitida por una compañía auditora independiente, debidamente aprobada por BNDES y a ser contratada por el EXPORTADOR, como está establecido en la Sección 4.2 (o) de la Cláusula Cuatro.

20.2 El EXPORTADOR deberá probar a BNDES, dentro de los 30 días desde el fin del período de utilización del Crédito, el cumplimiento con el mínimo del porcentaje establecido para el contenido brasilerio del equipo exportado bajo el financiamiento, en conformidad con la Cláusula Cinco.

20.2.1. En el caso que el porcentaje alcanzado sea mas bajo que el establecido en la Cláusula Cinco, el EXPORTADOR deberá pagar al BNDES una multa equivalente al diez por ciento (10%) sobre la diferencia entre el valor mínimo correspondiente al





porcentaje establecido en la Cláusula Cinco y el monto correspondiente al porcentaje probado.

20.3 El EXPORTADOR dará evidencia al BNDES, dentro de los 30 días siguientes al período de utilización del crédito, de la verdadera exportación de bienes en el mínimo monto equivalente al cuarenta por ciento (40%) del monto total del financiamiento, como está mencionado en la Sección 1.1 de la Cláusula Uno.

20.3.1. En el caso que el porcentaje referido a en la Sección 20.3 de la Cláusula Veinte sea menor de un cuarenta por ciento (40%), el EXPORTADOR pagará al BNDES una multa equivalente al diez por ciento (10%) sobre la diferencia entre el monto verdaderamente exportado y el monto mínimo que debiera haber sido exportado en conformidad con la Sección 20.3 de la Cláusula Veinte.



## **CLAUSULA VEINTIUNA – CLAUSULA DE EFECTIVIDAD.**

21.1 Este Acuerdo de Préstamo entrará en vigencia a la recepción por el BNDES de una copia de la opinión emitida por el Procurador General de la REPUBLICA, establecida en la Sección 4.2 (g) de la Cláusula Cuatro.

21.2 La fecha en la cual este Acuerdo entrará en vigencia será considerada aquella de la emisión de la efectividad por el BNDES (“Declaração de Eficácia”), lo que ocurrirá solo al cumplimiento de la obligación referida a en





esta cláusula, como sea necesaria a la efectividad del presente Acuerdo de Préstamo.

21.3 Este Acuerdo de Préstamo entrará en vigencia no más tarde de los 60 (sesenta) días. Ese término puede ser extendido una vez, hasta 30 (treinta) días, a la sola discreción del BNDES. No obstante este Acuerdo de Préstamo será automáticamente cancelado si el mencionado término finaliza sin prueba de cumplimiento de la mencionada condición de efectividad.

## **CLAUSULA VEINTIDOS – LEY APPLICABLE, JURISDICCIÓN Y ARBITRAJE.**

22.1 - Este ACUERDO DE PRESTAMO se regirá por las leyes del Brasil. Las Cortes Federales de Río de Janeiro (Brasil) o cualquier otra que sea considerada competente en conformidad con la ley aplicable y que el BNDES considere más conveniente para la situación de sus créditos y derechos, son elegidas para dirimir cualquier controversia o disputas que surjan de este ACUERDO DE PRESTAMO

22.2 - El BNDES y la REPUBLICA pueden a su sola discreción y de mutuo acuerdo, someter las potenciales disputas que surjan de este ACUERDO DE PRESTAMO al arbitraje internacional, en conformidad con las Normas de Arbitraje de la Cámara Internacional de Comercio.

22.3 - Si ese pudiese ser el caso, el arbitraje será mantenido en la ciudad de Río de Janeiro, Brasil en portugués, y en cumplimiento con las normas de la ley del Brasil.





22.4 - La REPUBLICA se compromete a no invocar la inmunidad de jurisdicción por motivo de soberanía o por cualquier otra razón, dependiendo del caso, por cuanto esté relacionada con una condición gubernamental o que concierne a la característica o capacidad legal como entidad estatal, directa o indirectamente considerada.

22.5 - La REPUBLICA designará un agente en Río de Janeiro, para recibir la notificación del servicio del proceso a su nombre, cualquiera y todos los documentos relacionados con cualesquiera procedimientos en las Cortes Federales de Río de Janeiro, hasta que haya cumplido con todas sus obligaciones bajo este ACUERDO DE PRESTAMO.

#### **CLAUSULA VEINTITRES – AVISOS.**

23.1 - Cualquier documento, informe o información relacionada con este ACUERDO DE PRESTAMO será enviado por correo, facsímile o telex, a las siguientes direcciones:

##### **al BNDES**

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES**

A/C : Area de Comercio Exterior - AEX / DECEX5

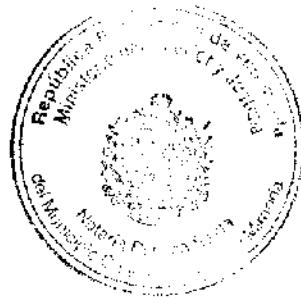
Av. Republica do Chile, 100 – 18º. andar

20139-900 Río de Janeiro – RJ. BRASIL

Atención: Jefe de Departamento - DECEX5

Tel: (55-21) 2277-7897.

Fax: (55-21) 2262-1470./ 2220-8244



**A LA REPUBLICA:**

MINISTERIO DE FINANZAS

REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

Ministerio de Finanzas – Oficina Nacional de Crédito Público

Atención: Dirección de Asesoría Legal

Av. Urdaneta. Esq. Carmelitas – Edificio Sede. Piso 9

Caracas - Venezuela

Tel: 58 212 802 1879

Fax: 58 212 802 1892

**AL EXPORTADOR**

CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.,

Praia de Botafogo, 300, piso 11,

Rio de Janeiro. Brasil

Tel: 55 11 3024 4753

Fax: 55 11 3024 4770

**CLAUSULA VEINTICUATRO - CESION.**

24.1 – El BNDES puede ceder mediante aviso por escrito a la REPUBLICA cualquiera de sus derechos u obligaciones bajo este ACUERDO DE PRESTAMO, en parte o como un todo a cualquier tercera parte y la REPUBLICA puede transferir cualquiera de sus derechos y obligaciones bajo este Acuerdo de PRESTAMO a una tercera parte, sujeto al previo consentimiento por escrito de BNDES.



## **CLAUSULA VEINTICINCO – OBLIGACIONES SEPARADAS.**

25.1 - Por cuanto el BNDES no es parte del ACUERDO COMERCIAL, ninguna responsabilidad directa o indirecta relacionada con ese acuerdo puede ser atribuida a BNDES y el BNDES no puede ser obligado a cumplir con cualesquiera obligaciones establecidas bajo el ACUERDO COMERCIAL o bajo cualesquiera otros acuerdos en el que entraron la REPUBLICA, el EXPORTADOR y el IMPORTADOR.

25.2 - La REPUBLICA no presentará ningún reclamo judicial contra BNDES, como tampoco hará ninguna oposición en una corte o fuera de corte bien sea directa o indirectamente contra el BNDES basado en el ACUERDO COMERCIAL o cualquier otra acuerdo entre la REPUBLICA y terceras partes y la REPUBLICA cooperará de buena fe con BNDES, en el caso de que BNDES sea demandada en la corte por terceras partes, como resultado de cualquier rompimiento o asunto relacionado con el ACUERDO COMERCIAL.

## **CLAUSULA VEINTISEIS - CONFIDENCIALIDAD.**

26.1. - Las partes en este, se comprometen a mantener un total y absoluto secreto de los términos y condiciones de este ACUERDO DE PRESTAMO, siendo prohibido el mencionar, divulgar o reproducir sus Cláusulas por ningún medio o a cualquier fin, excepto a sus respectivos asesores profesionales, mediante fuerza de ley o por una decisión judicial.





26.2. - La falla en el cumplimiento de las obligaciones establecidas en esta Cláusula, someterá a la parte que infringe al pago de una indemnización razonable por daños que resulten de esa falla. En cualquier caso, el beneficio así obtenido, será destinado a la parte (s) negativamente afectada que reclamaron esa multa y/o indemnización.

26.3. - Exclusivamente en las situaciones previstas en el *Lei Complementar* N° 105 del 10 de enero de 2.001, así como en el caso de una solicitud de las entidades de control externo de la Administración Pública Federal o la Corte de Cuentas del Brasil, el BNDES está autorizado a suministrar información y aclaratorias que puedan ser necesarias, en cuyo caso, las entidades solicitantes serán avisadas de la naturaleza confidencial y les será solicitado que mantengan reserva y secreto.

#### **CLAUSULA VEINTISIETE – MISCELANEAS.**

27.1 - La REPUBLICA no solicitará la reprogramación de ningún pago comprometido en este ACUERDO DE PRESTAMO.

27.2 - La REPUBLICA incluirá las obligaciones de pago derivadas de este ACUERDO DE PRESTAMO en su presupuesto anual hasta que todos los montos adeudados hayan sido pagados en su totalidad.

27.3 - Este ACUERDO DE PRESTAMO solo terminará después que todas las obligaciones derivadas de este hayan sido alcanzadas en su totalidad.



27.4 - El presente ACUERDO DE PRESTAMO puede ser enmendado mediante acuerdo escrito entre las partes, a la ejecución de la enmienda en conformidad con la ley aplicable.

27.5 – El no ejercicio por las partes de cualquiera de sus derechos establecidos en este ACUERDO DE PRESTAMO, no será considerado una renuncia a ese derecho, poder o privilegio, dentro del ámbito de este ACUERDO DE PRESTAMO o como una novación. Ningunas acciones por las partes en este, serán interpretadas como que constituyen una renuncia a cualquier derecho, poder o privilegio bajo este ACUERDO DE PRESTAMO. Los derechos de las partes establecidos en este ACUERDO DE PRESTAMO son acumulativos y adicionales a cualesquiera otros derechos en conformidad con la ley aplicable.

27.6 - En el caso que cualquiera de las cláusulas de este ACUERDO DE PRESTAMO sea considerada inválida, nula o no efectiva, las provisiones restantes permanecerán siendo válidas y efectivas.

27.7 - Este Acuerdo de PRESTAMO ha sido escrito en portugués, inglés y castellano. En caso de alguna duda, controversia o disputa, el texto en portugués prevalecerá.

27.8 - Este ACUERDO DE PRESTAMO es vinculante para las partes en este y sus sucesores.

En fe de lo cual, las partes en este, han ejecutado este instrumento en nueve (9) ejemplares (tres de cada uno en portugués, inglés y castellano,



respectivamente), de idéntico contenido y a un solo fin, en presencia de los dos (2) testigos identificados, que abajo subscriben.

Río de Janeiro, 31 de diciembre 2004

Por **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES**

Nombre: Carlos Monteiro  
Cargo: Presidente

Nombre: Armando Martante Carvalho  
Cargo: Director BNDES

Por la **REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA.**

Nombre: Nelson J. Mejentes D.  
Cargo: Ministro de Finanzas

Por la **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A.**

Nombre: Carlos Roberto M. Alves Dias  
Cargo: Director

Nombre: André Amaro da Silveira  
Cargo: Director

**Testigos:**

1 -

Carlos B. S. Marques  
Nombre: Carlos B. S. Marques  
CI: 2.643.258 IEP

2 -

Apparante  
Nombre: Adriana José de Almeida Santa  
CI: 10945394-3 IEP/RS



## DOCUMENTO I

[Cronograma de Desembolso Estimado al Exportador]

### Subterráneo Caracas Proyecto Línea Tres

Semestres <sup>1</sup>	Porcentaje del Crédito a ser desembolsado
1	10%
2	22%
3	26%
4	19%
5	9%
6	8%
7	6%

1: Después de la Fecha Efectiva

BNDES  
Fornecido por SIC - BNDES  
Lei 12.527/2011



**DOCUMENTO II**

**AUTORIZACION DE DESEMBOLSO N°**

[Lugar], \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - Bndes  
Area de Comercio Exterior - AEX / DECEX5  
Av. Republica do Chile, 100 – 18º. andar  
20139-900 Rio de Janeiro – RJ  
Brasil.

Ref: ACUERDO DE PRESTAMO A TRAVES DE LA APERTURA DEL CREDITO N° 04.2.221.8.1 (“ACUERDO DE PRESTAMO”) celebrado entre el Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - Bndes (“BNDES”), la Republica Bolivariana de Venezuela (“REPUBLICA”) y la Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“EXPORTADOR”) en [fecha].

Estimados Señores:

1. Nos referimos al ACUERDO DE PRESTAMO bajo el cual el BNDES acuerda financiar, a través del descuento de instrumentos de crédito, la exportación de bienes y servicios brasileros (“Bienes y Servicios”) para el proyecto de extensión de la Línea 3 del subterráneo de Caracas, a través de la construcción del Tramo El Valle – La Rinconada, formado por las Secciones VRZ01, VRZ02 y VRZ03 (“Proyecto”). Todos los términos definidos en este, tendrán los mismos significados que les fueron dados en el ACUERDO DE PRESTAMO.



2. Como representantes de la REPUBLICA bajo el ACUERDO DE PRESTAMO y en conformidad con los términos y condiciones:

- (a) Nosotros confirmamos a los fines de esta solicitud de utilización del Crédito bajo el ACUERDO DE PRESTAMO, que todos los requerimientos descritos en el ACUERDO COMERCIAL celebrado entre la Compañía Anónima Metro de Caracas y [ ] en [ ], para la implementación del proyecto arriba mencionado han sido alcanzados.
- (b) Nosotros informamos que como pago al EXPORTADOR y en cumplimiento con la Cláusula Diecinueve del ACUERDO DE PRESTAMO, nosotros hemos emitido dos series de Pagarés por un monto total de EE.UU. \$ .....
- (c) Nosotros irrevocablemente autorizamos al BNDES para que efectúe desembolsos directamente al EXPORTADOR, en Brasil, en moneda del Brasil, con relación a la exportación de bienes y servicios brasileros a ser usados en el arriba mencionado Proyecto, a través de descuentos bancarios de pagarés emitidos como pago y a favor del EXPORTADOR, en conformidad con la Sección 2 (b) de este instrumento.

3. Declaramos que los montos principales inscritos en los pagarés emitidos en conformidad con la Sección 2 (b) de este instrumento:

- (i) corresponde al pago de ..... por ciento (.....%) del valor de los bienes y/o servicios suministrados o prestados por la Construtora Norberto Odebrecht S.A.



- (ii) Están exclusivamente referidos al pago de la exportación brasileña de los bienes y/o servicios por la Construtora Norberto Odebrecht S.A.
- (iii) Están directa e íntegramente relacionados al fin establecido en el ACUERDO DE PRESTAMO; y
- (iv) No incluye ningún monto que implique el pago o reembolso de gastos que han sido o pueden ser efectuados por la REPUBLICA al EXPORTADOR, en la utilización o adquisición de bienes y servicios de cualquier naturaleza en la República Bolivariana de Venezuela o en terceros países.

4. Nosotros declaramos que al fin de recaudar el principal y el interés adeudado por la REPUBLICA al BNDES bajo el ACUERDO DE PRESTAMO, el monto inscrito en los pagarés, emitidos en conformidad con la Sección 2 (b) de este instrumento, debe ser considerado, no obstante la recaudación de otros cargos acordados en el ACUERDO DE PRESTAMO.

5. Nosotros además declaramos que la utilización del Crédito establecido en el ACUERDO DE PRESTAMO será compatible con la implementación física del cronograma del Proyecto.

Atentamente,

**REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA**

Nombre:

Cargo:



APENDICE III

**OPINION LEGAL**

[Lugar y Fecha]

Para: BNDES  
c/o AEX  
Av. Republica do Chile, 100 – 18º. andar  
CEP: 20139-900. Rio de Janeiro – R.J.  
Brasil

Ref: ACUERDO DE PRESTAMO A TRAVES DE LA APERTURA DEL CREDITO N° 04.2.221.8.1 (“ACUERDO DE PRESTAMO”) celebrado entre el Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - Bndes (“BNDES”), la Republica Bolivariana de Venezuela (“REPUBLICA”) y Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“EXPORTADOR”) en [fecha].

Estimados Señores:

Yo he actuado como asesor a nombre de la Republica Bolivariana de Venezuela (la “REPUBLICA”), en relación con este ACUERDO DE PRESTAMO celebrado entre el Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social (“BNDES”) y la REPUBLICA, representada por el Ministerio de Finanzas y el EXPORTADOR, para el financiamiento a través del descuento de instrumentos de crédito, de la exportación de bienes y servicios brasileros a ser usados en la implantación del proyecto de extensión de la Línea 3 del subterráneo de Caracas, a través de la construcción del Tramo El Valle – La Rinconada, en conformidad con los términos y condiciones del pertinente ACUERDO COMERCIAL.



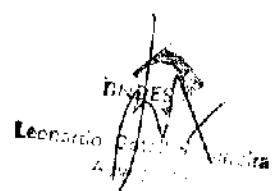
A ese fin, yo he examinado:

- (a) Una copia ejecutada del ACUERDO DE PRESTAMO.
- (b) Una copia firmada de cada ACUERDO COMERCIAL N° [ ] firmado entre la COMPAÑÍA METRO DE CARACAS – CAMETRO y [ ] el [ ].
- (c) Una declaración emitida por [institución autorizada por el Banco Central de Venezuela para operar bajo el Acuerdo de Pagos y Préstamos Recíprocos de la Asociación Latinoamericana de Integración - ALADI] el .....
- (d) Las leyes, documentos, autorizaciones, consentimientos y aprobaciones que yo considero necesario o deseable para la emisión de esta opinión.

Yo opino que este ACUERDO DE PRESTAMO es legal, válido, vinculante Y EJECUTABLE bajo las leyes del Brasil, las cuales regirán las obligaciones en ese, y que ha sido debidamente firmado y entregado por los signatarios autorizados del BNDES.

Basado en la información enumerada abajo, yo soy de la opinión que:

- (1) Todas las autorizaciones y aprobaciones que sean necesarias o aconsejables para asegurar la legalidad, validez y ejecutabilidad del ACUERDO DE PRESTAMO, han sido debidamente obtenidas y están en plena vigencia y efecto.





- (2) Los signatarios representando a la REPUBLICA están debidamente autorizados para firmar el ACUERDO DE PRESTAMO y para emitir los pagarés establecidos en la Cláusula Diecinueve del ACUERDO DE PRESTAMO, así como también para asumir las obligaciones que resulten de ellas, en conformidad con las de la República Bolivariana de Venezuela.
- (3) Los signatarios de la declaración emitida por la institución autorizada por el Banco Central de Venezuela, para operar bajo el Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos ("CCR") están debidamente autorizados para emitir esas declaraciones a nombre de la institución.
- (4) El cumplimiento de la REPUBLICA de las obligaciones asumidas en el ACUERDO DE PRESTAMO y que resultan de la emisión de los pagarés, tal como está establecido en la Cláusula Diecinueve del ACUERDO DE PRESTAMO, no están ni estarán en conflicto y no violan, ni violarán ninguna provisión constitucional o legal o ninguna otra provisión normativa en vigencia en la República Bolivariana de Venezuela; esas obligaciones son enteramente válidas y ejecutables desde la Fecha Efectiva del ACUERDO DE PRESTAMO.
- (5) Las Representaciones y Garantías de la REPUBLICA en la Cláusula Tres del ACUERDO DE PRESTAMO son verdaderas y correctas.



- (6) Los estados financieros de la institución autorizada por el Banco Central de Venezuela para operar bajo el Acuerdo de Pago y Crédito Recíprocos (“CCR”), en el documento examinado, son verdaderos y completos.
- (7) El ACUERDO DE PRESTAMO es legal, válido y ejecutable bajo la ley de la República Bolivariana de Venezuela.
- (8) La escogencia de la ley brasilera que norma y rige el ACUERDO DE PRESTAMO es válida, en conformidad con las leyes de la República Bolivariana de Venezuela, y
- (9) La ejecución de cualquier decisión judicial brasilera o decisión judicial emitida por las cortes de la República Bolivariana de Venezuela estará sujeta al cumplimiento de los siguientes procedimientos / requerimientos: [A SER DEFINIDOS].

Esta opinión está limitada a las leyes aplicables en la República Bolivariana de Venezuela. Esta opinión es presentada a usted y solo para el uso de BNDES. Esta opinión no debe ser usada, divulgada, mencionada o de otra manera referida a, para ningún otro fin.

Atentamente,

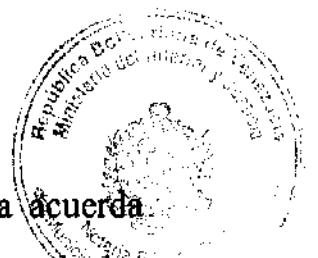


exportaciones de bienes y servicios brasileros a ser usados en la implementación del proyecto, para la implantación del proyecto para la extensión de la Línea 3 del subterráneo de Caracas, a través de la construcción del Tramo *El Valle – La Rinconada* (el “Proyecto”). Los términos usados en este informe tendrán el mismo significado dado a ellos en el ACUERDO DE PRESTAMO.

2. Tal como está establecido en la Cláusula Doce del ACUERDO DE PRESTAMO, nosotros por este medio confirmamos que el Banco Central de Venezuela ha autorizado el pago en las fechas de vencimiento pertinentes, de los pagarés emitidos en conformidad con el ACUERDO DE PRESTAMO, con relación al pago del principal y el interés que resulte de la exportación de bienes y servicios brasileros para el Proyecto, bajo el Acuerdo de Pagos y Préstamos Recíprocos (“CCR”) de la Asociación Latinoamericana de Integración - ALADI, firmado por el Banco Central de Brasil y el Banco Central de Venezuela, entre otros.

3. Nosotros por este medio informamos que el Banco Central de Venezuela, además acuerda, en conformidad con la Sección 26.1 de la Cláusula Veintiséis del ACUERDO DE PRESTAMO, la obligación asumida por la República Bolivariana de Venezuela, actuando a través de su Ministerio de Finanzas, no solicitar, en ningún momento, la reprogramación de las obligaciones asumidas con el BNDES y/o con la República Federativa del Brasil, incluyendo el ACUERDO DE PRESTAMO, y que esto no afectará las normas del Acuerdo de Pagos y Préstamos Recíprocos (“CCR”) de la Asociación Latinoamericana de Integración - (“ALADI”).





4. Nosotros le informamos que el Banco Central de Venezuela acuerda que los pagos adeudados al BNDES, como resultado del descuento de los Pagarés y en conformidad con el ACUERDO DE PRESTAMO, serán efectuados en conformidad con el código de repago inscrito en los Pagarés, en conformidad con la Cláusula Diecinueve del ACUERDO DE PRESTAMO.

5. En consecuencia nosotros por este medio le informamos que el número de referencia del repago del mencionado instrumento, obtenido en el Banco Central de Venezuela, es: \_\_\_\_\_.

Atentamente,

Institución Financiera Autorizada por el Banco Central de Venezuela para operar a través del Acuerdo de Pago y Crédito Recíproco ("CCR"),

Nombre:

Cargo:

Testigos:

1.

\_\_\_\_\_  
Nombre:

Cargo:

2.

\_\_\_\_\_  
Nombre:

Cargo:



## DOCUMENTO V

### PAGARE

Lugar y Fecha de Emisión

Monto: EE.UU. \$

En [Fecha de Vencimiento] por valor recibido yo/nosotros [Importador], prometo pagar contra esta este solo ejemplar de pagaré a la orden del [EXPORTADOR] el monto de [Monto] de dólares de los Estados Unidos de América [Monto] centavos, el pago será efectuado solo en dólares de los Estados Unidos de América, sin deducciones por y libre de gravámenes, impuestos o derechos presentes o futuros de cualquier naturaleza en conformidad con las leyes de [Ciudad y País del Importador] o cualquier subdivisión política de ese o en ese.

Este pagaré es pagadero [Ciudad y País del Importador]

[Firma del Importador]

[Nombre y Dirección del Importador]

#### Avalado:

[firma del Banco responsable del Aval]

---

(VEASE AL DORSO)

Repagable bajo al Acuerdo de Pagos y Préstamos Recíprocos (“CCR”) de la Asociación Latinoamericana de Integración (“ALADI”), Código de Repago

Nº. \_\_\_\_\_.





Este pagaré resulta de la exportación brasilera de los bienes y servicios  
brasileros ("Bienes y Servicios") para la implantación del proyecto para la  
extensión de la línea tres del subterráneo de Caracas, en conformidad con el  
ACUERDO DE PRESTAMO, celebrado entre BNDES, la República  
Bolivariana de Venezuela y CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT  
S.A. fechado ...., 2.005.

País EXPORTADOR: República Federativa del Brasil.

País IMPORTADOR: República Bolivariana de Venezuela.

Fecha de Embarque: .....

Monto: EE.UU. \$ .....

Fecha del Aval: .....

Pagadero al Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social -  
BNDES, sin recurso.

En (FECHA)

[Firma Del Exportador]

[Nombre Del Exportador]

BNDES  
Fornecido por SIC-BNDES  
Lei 12.527/2011



**EMBAIXADA DO BRASIL EM CARACAS, SERVIÇO CONSULAR**

"Reconheço verdadeira, por semelhança, a assinatura neste (ou no anexo) documento, de (112 páginas) da Alicia Valdez,  
Notária Pública do Município Chacao, Estado  
Miranda, Venezuela.

Em Caracas, em 15 / 03 / 2005. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar, com o selo deste Serviço Consular. Dispensada a legalização da assinatura consular de acordo com o artigo 2º, do Decreto 84.451, de 31.1.80.  
Pagou \_\_\_\_\_, ou R\$ \_\_\_\_\_ Tabela 930(a), Câmbio \_\_\_\_\_.

*Elliana S. Cavalcante*  
Elliana S. Cavalcante  
Vice-Cônsul





REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. NOTARIA PUBLICA SEXTA DEL MUNICIPIO CHACAO DEL ESTADO MIRANDA. Dra. Alicia Coromoto Valdez Villalba. Notario Titular. Caracas, Nueve (09) de Marzo de Dos Mil Cinco. (2005) 194º y 146º. El anterior documento redactado por el Abogado: MARIA DEL CARMEN MOSQUERA, inscrito en el Inpreabogado bajo el No. 77486, fue presentado para su Autenticación y devolución según Planilla No. 73541, de fecha: 25-02-2005. Presente su otorgante dijo llamarse: NELSON J. MERENTES D., mayor de edad, domiciliado en: CARACAS, de nacionalidad: VENEZOLANA, de Estado Civil: Soltero y titular de la Cédula de Identidad No. V-3986108. Leído y confrontado el documento original con sus fotocopias, y firmadas éstas en presencia del Notario, el otorgante expuso bajo fe de juramento: "SU CONTENIDO ES CIERTO Y MIA LA FIRMA QUE APARECE AL PIE DEL INSTRUMENTO". El Notario en tal virtud, lo declara Autenticado en presencia de los testigos: ELIAS RIVERO y MAYANI RUIZ, titulares de las Cédulas de Identidad Nos. 7.953.789 y 7.684.625, dejándolo inserto bajo el No. 34, Tomo 26, de los libros de Autenticaciones llevados en esta Notaría. El Notario que suscribe hace constar que se ha dado estricto cumplimiento al Numeral Segundo del Artículo 78 de la Ley de Registro Público y del Notariado. Igualmente hace constar que tuvo a su vista el nombramiento como Ministro de Finanzas de la República Bolivariana de Venezuela de NELSON J. MERENTES D., según Decreto No. 3.296 publicado en la Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela No. 38.081, de fecha 07-12-2004. Para este acto la Notaria se trasladó y constituyó en: Av. Urdaneta, Esquina Carmelitas, Ministerio de Finanzas, a las: 2:00 PM, de igual manera autorizo al Funcionario, ELIAS RIVERO, titular de la cédula de Identidad Nº V-7.953.789, para realizar este acto.

EL NOTARIO PUBLICO

Dra. ALICIA VALDEZ  
NOTARIO PUBLICO SEXTO DEL MUNICIPIO  
CHACAO DEL ESTADO MIRANDA

EL OTORGANTE